

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

ALÉXIA PÁDUA FRANCO

A SOBREVIVÊNCIA DA MEMÓRIA POPULAR

1.461 S.9
101

UBERLÂNDIA/1990

ALÉXIA PÁDUA FRANCO

A SOBREVIVÊNCIA DA MEMÓRIA POPULAR

Monografia apresentada como conclusão do Projeto de Iniciação Científica do CNPq, intitulado "Arquivos Históricos" e realizado sob orientação da Profª Coraly Garã Caetano.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA/1990

Aos professores Antônio Almeida e Coraly Gará Caetano pelo seu estímulo e orientação.

Aos colegas do Curso de História pelas
discussões e reflexões conjuntas.

Aos membros das entidades populares in
vestigadas por terem permitido e ajudado
na pesquisa.

Às classes populares e oprimidas dedi-
co este trabalho.

"...O resgate e a construção de experiências de memórias articuladas com o projeto histórico dos trabalhadores é a alternativa para romper com o círculo vicioso da racionalidade burguesa, (...) para que os trabalhadores possam ser sujeitos do seu próprio destino. (...)A contínua reconsideração e questionamento da identidade, da capacidade de dirigir a sociedade, da memória e da .. dignidade dos sujeitos em luta, modificam os dados e a dinâmica da própria luta social. O repensar - se e o refazer-se constante são carne e unha do próprio centro de identidade de classe, dos seus sujeitos, seus sentimentos e suas propostas..."

Osmar Medeiros Souza

Revista Tempo e Presença nº 232

Í N D I C E

Introdução	08
1. "Um país sem Memória"	08
2. Preservação da Memória e Poder	11
3. Preservação da Memória Popular: uma prática de resistência!	13
4. Investigação sobre a Memória Popular em Uberlândia	15
Capítulo I	
DIFERENTES FORMAS DE RESGATAR E UTILIZAR A MEMÓRIA POPULAR	19
1. Memórias	19
2. Justificando o Presente através da Memória	25
2.1. Manipulação da Memória	34
3. A Memória como Instrumento de Libertação dos Oprimidos	40
3.1. Construindo uma Identidade Libertadora	46
3.2. Outras Maneiras de Conceber a Memória	52
4. A Farsa da Memória Nacional	56
Capítulo II	
UMA PROPOSTA DE RESGATE E UTILIZAÇÃO DA MEMÓRIA POPULAR	62
1. A Experiência do CDP	62
2. A Divulgação da Memória Popular	74
3. As Dificuldades presentes na Preservação e Divulgação da Memória Popular	79
4. Algumas Saídas	84
CÔNCLUSÃO	91
FONTES E BIBLIOGRAFIA	94

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º

Data / /

I N T R O D U Ç Ã O

1. " UM PAÍS SEM MEMÓRIA "

Qual a importância do passado para o nosso presente e até para o nosso futuro?

Muitos historiadores despendem grande parte do seu trabalho refletindo sobre esta questão. Alguns encontram no passado uma forma de justificar o presente, outros o utilizam como um instrumento capaz de motivar a transformação do presente e a idealização e construção de um futuro melhor.

Mas como os diferentes segmentos sociais não envolvidos diretamente com as discussões historiográficas, com o "mundo dos historiadores", entendem e vivem este problema? Qual o valor social da História, como ela se faz presente nas lutas sociais pela manutenção ou modificação da sociedade?

Freqüentemente, diz-se que o "Brasil é um país sem memória", um país que não valoriza o seu passado. Na escola, a maioria dos estudantes não se sente muito atraída pela disciplina História, a qual, quase sempre, discute o passado pelo passado, sem relacioná-lo com a atualidade. Num período eleitoral, grande parte dos eleitores vota influenciada apenas pelas promessas imediatas dos candidatos, sem analisar a sua atuação passada, a sua trajetória política.

Já no meio acadêmico e universitário, percebe-se um crescimento do interesse pela História - visita de vários especialistas estrangeiros ao Brasil, a convite das universidades nacionais; edição de um maior número de livros; etc. - e pela preservação da memória de diferentes grupos sociais - inauguração de Arquivos, Centros de Documentação, Museus; tombamento de imóveis e cidades inteiras em várias regiões brasileiras. Porém, mesmo assim, continua difícil o acesso dos pesquisadores às fontes históricas - documentos textuais, fotos, músicas, objetos, pintura, arquitetura, literatura, etc..

Os documentos dos poderes públicos, apesar da existência do

Arquivo Nacional e de arquivos estaduais e municipais, ainda estão sendo preservados e organizados de maneira precária e, o que é mais alarmante, eles não têm um prazo delimitado para se tornarem públicos, ou seja, abertos à consulta de qualquer interessado. Assim, documentos como os do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e os de ministérios militares têm sido mantidos, na sua maioria, em segredo para todo o sempre. Isto acontece devido a falta de uma sólida política nacional de arquivo, devido a escassez de verbas para manter uma infraestrutura material e humana capaz de selecionar, organizar, conservar e divulgar documentos oficiais, devido ao receio dos governantes de tornarem públicos registros que podem afetar as relações diplomáticas com nações vizinhas, as questões de "segurança nacional", a imagem de consagrados "heróis nacionais", a segurança pessoal de alguns burocratas e políticos.¹

Da mesma forma, a memória de outros lugares sociais, como igrejas, partidos políticos, instituições culturais, assistencialistas, educacionais, meios de comunicação, empresas, organizações e movimentos trabalhistas e populares, etc., não está sendo, em termos gerais, muito bem preservada e socializada.

Deste modo, continua sendo de opinião comum que a pesquisa e a reflexão histórica no Brasil, apesar de não impossibilitadas totalmente, encontram sérios empecilhos. O pesquisador é obrigado a levantar e organizar, ele mesmo, as fontes históricas necessárias para o seu trabalho ou até produzi-las através do resgate da memória oral. Ainda, quando nada disso é possível, ele precisa limitar ou mudar o seu objeto de estudo. Tais dificuldades se colocam tanto para os investigadores inseridos no meio acadêmico, quanto mais para o "cidadão comum" - a grande massa da população que, assim, vê-se distanciada de mais um instrumento que poderia ajudá-la na compreensão mais profunda e crítica de sua complexa realidade.

1. ARQUIVOS de verdade: um livro relata a política racista da ditadura Vargas e lança luzes sobre a questão do acesso dos pesquisadores aos documentos oficiais. Revista Veja, 23/03/1988, p.68 a 73.

Uberlândia é uma cidade que não escapa a esta situação.

A partir de meados da década de 80, pessoas ligadas, na maioria dos casos, ao corpo docente, discente ou técnico-administrativo da Universidade Federal, começaram a se preocupar com este problema.²

A Secretaria Municipal de Cultura, a partir de sua Divisão de Patrimônio Histórico, iniciou a montagem do Arquivo Público Municipal para levantar, organizar, preservar e divulgar os registros textuais produzidos pelos poderes legislativo e executivo municipais e, também, outros registros sobre, principalmente, a classe dominante de Uberlândia e região, coletados por um antigo professor da cidade. Ela criou também o Museu de Ofício com o objetivo de expor os instrumentos de trabalho, os objetos de lazer da população urbana e rural do município e a Seção de Tombamento e Preservação para restaurar e cuidar dos aspectos arquitetônicos locais considerados de importância histórica.

Uma lei da Câmara Municipal instituiu o Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (CONPHAC) formado por representantes de vários segmentos sociais de Uberlândia - artistas, arquitetos, engenheiros, estudantes de 1º, 2º e 3º graus, historiadores, professores universitários, jornalistas, representantes da Delegacia Regional de Ensino, das Entidades Comunitárias, de algumas das Secretarias da Prefeitura Municipal - e responsável por assessorar a Prefeitura e a comunidade nos assuntos referentes a preservação da memória da cidade.

O Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia montou o Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais (NUHCIS), o qual tem-se dedicado a recuperar, preservar e pesquisar a memória dos índios (Museu do Índio), da comunidade universitária e de diferentes segmentos sociais de Uberlândia (políticos, famílias tradicionais, etc.). Também na universidade, está sendo estruturada a Divisão de Arquivo Geral que objetiva organizar e conservar a memória oficial do ensino superior local, cuidando de sua do-

2. PRESERVAÇÃO da Memória será lembrada dia 9. Correio de Domingo, Uberlândia, 06/08/1989, p.04.

cumentação desde a fase corrente até a permanente.

Além destes grupos que estão se preocupando, principalmente, com a preservação da memória de setores mais elitizados da sociedade uberlandense, está se formando o Centro de Documentação, Assessoria e Formação Popular, o qual deseja formar, informar e assessorar os vários movimentos populares da cidade e região, priorizando os sindicatos.

No entanto, todas estas iniciativas são muito recentes e, por isso, elas têm muitos projetos não concretizados e até em fase de elaboração ou reformulação. Além disso, elas têm organizado apenas uma pequena parcela da memória de Uberlândia.

Assim, Uberlândia, como todo o Brasil, ainda é um cidade sem suas memórias bem sistematizadas.³

2. PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E PODER

"...A trama da luta de classes envolve não apenas práticas, atitudes, como também a memorização do acontecer social que também faz parte do exercício do poder. Faz parte do exercício do poder ocultar a diferença, a contradição, decidindo o que deve ser lembrado, como deve ser lembrado e, em contrapartida, o que deve ser esquecido."⁴

Tanto o fato do Brasil ser "um país sem memória", quanto o fato de algumas estratégias de preservação da memória começaram a se desenvolver, podem significar formas de dominação social.

A ausência ou a deficiência de iniciativas que recuperem sistematicamente o patrimônio histórico, artístico e cultural dos diferentes segmentos sociais no Brasil pode significar uma forma de controle, pois atrofia o fornecimento adequado das matérias-primas necessárias

3. Não se pode esquecer que existem outras formas não sistematizadas e institucionalizadas de preservação e divulgação da memória - escolha do nome de ruas e prédios públicos; transmissão de notícias pelos meios de comunicação de massa; etc. - que permeiam o cotidiano da população e têm um alcance mais extenso e rápido do que o da memória organizada em arquivos e Centros de Documentação.

No entanto, esta memória que privilegia mais as classes dominantes é difícil de ser estudada e analisada criticamente sem o apoio de outras fontes documentais, pois ela é sutil e fragmentada.

4. Maria do Pilar de Araújo VIEIRA e outras, O Documento - atos e testemunhos da história, in: Pesquisa em História, p.27.

aos estudos históricos sobre o passado, fragilizando-os. Estes estudos, se realizados com o intuito de resgatar os conflitos sociais, relacionando-os com as necessidades das classes dominadas da atualidade, poderiam contribuir para o entendimento mais profundo e crítico do presente, para o despertar da crença e do desejo revolucionário contra as múltiplas maneiras de exploração da maioria dos homens de nossa sociedade.

Por outro lado, a constituição de arquivos, museus, o tombamento de bens arquitetônicos também podem ajudar no exercício do poder, na manutenção da ordem social vigente.

O real não é um corpo único, harmônico e homogêneo; ele é constituído por complexas e conflituosas relações sociais. Por conseguinte, a memória não representa a realidade histórica em si, mas apenas reminiscências desta. Isto é, ela é o resultado de um trabalho de seleção e divulgação dos registros históricos que mais atendem aos interesses e necessidades do grupo social que os estão preservando.

Estes próprios registros históricos não resgatam o acontecimento em si, não são uma prova histórica objetiva como diziam os positivistas. Eles são fruto das interpretações que um determinado agente social faz do momento vivido. Conforme o engajamento político deste, o registro terá um ou outro conteúdo.

Assim, como o trabalho de elaboração e preservação da memória não é neutro, normalmente, a memória que sobrevive com mais facilidade é a dos vencedores. A memória daqueles que, em nossa sociedade marcada pela divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, controlam as instituições de produção e popularização do saber - escolas, meios de comunicação, arquivos, etc..

Estes tentam sufocar a voz dos vencidos - a maioria da população que teve o seu saber expropriado; procuram ocultar as diferenças e os conflitos sociais. Quando isto se efetiva, quando as classes subalternas não resistem, a dominação é esquecida, os oprimidos se acomodam, achando a sua condição de vida natural, acreditando que tudo "sempre foi assim", que a transformação é apenas uma utopia.

Esta relação entre a preservação da memória e o poder representa uma das manifestações da luta de classes presente na sociedade

capitalista e entranhada em todas as suas relações sociais, e não somente nas relações econômicas entre o patrão e o empregado.

"...A luta de classes não passa mais simplesmente por um 'front' delimitado entre os proletários e os burgueses, facilmente detectável nas cidades e vilarejos. (...) A luta de classes contaminou, como um vírus, a atitude do professor com seus alunos, dos pais com suas crianças, a do médico com seus doentes, ela ganhou o interior de cada um de nós com seu eu (...). Já está mais do que na hora de se organizar em todos os níveis para enfrentar esta luta de classes generalizada. Já é hora de elaborar uma estratégia para cada um destes níveis, pois eles se condicionam mutuamente..."⁵

3. PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POPULAR: UMA PRÁTICA DE RESISTÊNCIA!

Uma estratégia para romper com esta dominação causada tanto pela ausência quanto pelo controle da memória, abalando, assim, o sistema de exploração capitalista e ajudando na destruição dos valores burgueses impostos pelas classes dominantes e introjetados pela grande massa da população, é o resgate e a ampla divulgação da memória popular. Ou seja, a recuperação dos saberes, dos valores e práticas dos grupos e movimentos sociais distantes do poder econômico e político ; dos vencidos e dominados.

A contraposição desta memória com as políticas de preservação desenvolvidas pelas classes dominantes facilita a descoberta e a reflexão das complexas e conflituosas relações que constituíram e constituem cotidianamente a personalidade de um espaço social.

Acaba com o escamoteamento das contradições, das diferenças, das desigualdades. Impulsiona a democratização, a socialização do saber, o que significa não a popularização, a transmissão de um conhecimento pronto e acabado, mas sim o embate de diferentes conhecimentos que proporciona a análise crítica do real, a construção de novos saberes, a ação humana consciente e transformadora.

Através deste confronto entre as memórias e os registros históricos de diferentes grupos sociais sobre um mesmo acontecer social ,

5. Felix GUATTARI, Somos todos grupelhos, in: Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo, p. 15.

pode-se construir, com mais tranquilidade, uma história mais próxima da verdade, a qual não é harmônica, mas conflituosa; não é formada só por vitórias, mais também por fracassos. Enfim, fica mais fácil ultrapassar a História dos Vencedores que justifica e legitima o presente e desenvolver uma história dinâmica que liberte os dominados e abra caminhos para um novo futuro.

Para analisar a viabilidade desta estratégia, fez-se interessante investigar como alguns dos atuais grupos e movimentos populares de Uberlândia, além das lutas econômicas e políticas mais imediatas, estão ou não preocupados e preparados para preservar e socializar a sua memória. Para não deixar que ela seja ocultada pela memória oficial dos poderes econômicos e políticos, a qual, além dos inúmeros recursos e instrumentos que já são utilizados para sua preservação (definição de nomes de ruas e prédios públicos; divulgação de notícias pelos meios de comunicação de massa, etc.), representa a prioridade das políticas arquivísticas que começam a ser desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura e por setores da Universidade Federal de Uberlândia. Enfim, pesquisou-se se e como as classes populares resistem aos saberes dominantes, ressuscitando os saberes dominados, mudando a relação entre saber e poder.

Desta forma, foi necessário levantar as seguintes indagações: se, como, quando e por que o segmento popular pesquisado despertou-se para o problema da preservação da sua memória? Qual a relação entre a existência ou não desta preservação, a utilização dada a ela e as condições objetivas do movimento - infra-estrutura material e humana, sua direção ideológica, os seus objetivos e prioridades?

Qual a importância que os vários movimentos populares da cidade dão para o resgate da memória e para o estudo histórico? Qual o valor social dado à História?

Como a memória oficial, dos vencedores alcança as classes populares, domina e influencia a sua própria memória? Como os grupos e os movimentos populares, além de preservar, divulgam o seu saber, a sua memória para a grande massa da população, sem ter o controle de instituições do saber como a escola, os meios de comunicação, etc.?

Como e por quê, dentro do próprio movimento popular, a memória é controlada, selecionada?

Quais as diferenças entre um movimento popular e outro no que diz respeito a preservação da memória? Quais as razões destas diferenças?

Através destas problemáticas, foi possível refletir sobre como e porque os saberes dos diferentes e múltiplos aspectos da cidade de Uberlândia e região são democratizados ou ocultados e sobre a relação disso com as lutas sociais pela transformação ou manutenção do sistema social vigente - o capitalismo.

4. INVESTIGAÇÕES SOBRE A MEMÓRIA POPULAR EM UBERLÂNDIA

"...Na medida em que uma tese (conceito ou hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico. (...) Na medida em que a noção (conceito, hipótese relativa à causa - ção) é endossada pelas evidências, temos então o direito de dizer que ela existe 'lá fora', na história real. (...) Por isso, essa noção existe simultaneamente como um conhecimento 'verdadeiro', tanto como uma representação adequada de uma propriedade real desse acontecimento."

Para investigar as problemáticas levantadas, não bastou apenas procurar dados que as comprovassem. Foi preciso relacinar, estabelecer um diálogo entre os conceitos e noções iniciais e os objetos de estudos concretos.

As indagações anteriormente levantadas impulsionaram o contato com o Centro de Documentação, Assessoria e Formação Popular que vem procurando lidar com a memória, os saberes e práticas populares de uma maneira mais sistematizada desde 1985 e com alguns outros dos atuais movimentos populares de Uberlândia: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário, Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade, Associação dos Moradores do Bairro Patrimônio, Conselho de

6. E. P. THOMPSON, Intervalo: a lógica histórica, in: A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros, p.11.

Entidade Comunitárias (CEC), Fórum de Entidades Populares (FEP), Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Dentre mais de cem associações de bairros, sindicatos, organizações ecológicas, estudantis, de negros, de mulheres existentes na cidade, foram escolhidos, devido ao pouco tempo disponível para a pesquisa, apenas estas sete entidades, ou seja, uma amostragem de aproximadamente 7%. A seleção foi feita visando possibilitar a comparação entre movimentos que agrupam diferentes grupos populares (moradores de bairros periféricos, trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos); os que agregam só um segmento (associações de bairro, sindicatos) e os que procuram articular vários (FEP e CEC); os que têm melhor infra-estrutura (sindicatos e CPT) e os que têm uma infra-estrutura mais frágil (associações de bairro, CEC e FEP); os que são rotulados no meio popular como reformistas, assistencialistas, pelegos ou menos atuantes (CEC, "Sindicato dos Bancários", "Associação do Patrimônio") e os que são chamados de progressistas e combativos (FEP, "Sindicato do Vestuário", "Associação do Santa Rosa II/Liberdade"), além da comparação entre os movimentos mais antigos ("Sindicato dos Bancários", CEC, "Associação Santa Rosa II/Liberdade") e os outros mais recentes originados em meados dos anos 80.

As hipóteses e os problemas suscitados inicialmente foram ou não endossadas e respondidas pelas pesquisas feitas nestes lugares sociais durante o segundo semestre de 1989: observação da disposição física de seus registros, de como eles são produzidos, preservados e divulgados; leitura de alguns de seus documentos que porventura falam sobre os seus planos de organização e resgate da memória e dos saberes dominados (estatutos, atas, etc.); realização de entrevistas orais com alguns de seus membros⁷ para tentar captar aquilo que a ob -

7. Na maioria das vezes, as entrevistas foram realizadas apenas com os dirigentes ou coordenadores das entidades, pois normalmente eles eram os indicados pelo próprio movimento para concederem as entrevistas e também porque eles eram mais fáceis de serem encontrados, estando mais tempo à disposição de entidade.

servação visual e a leitura documental não permitiram e para debater questões como a relação entre o passado e o presente; memória oficial e memória popular, socialização do saber; preservação da memória e poder.

A partir destas pesquisas empíricas e de leituras e reflexões teóricas, as primeiras hipóteses e indagações foram sendo reformuladas e discutidas com maior ou menor profundidade para melhor se adequarem ao objeto de estudo e serem realmente capazes de esclarecer a questão da sobrevivência da memória popular na sociedade capitalista baseada na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, na expropriação do saber de grande parte da população.

O resultado desta "dialética do conhecimento histórico", está registrado nesta monografia que subdivide-se em dois capítulos.

O primeiro deles trabalha inicialmente com os conceitos de memória e memória popular, para depois discutir como esta é resgatada e utilizada de diferentes formas pelas classes dominadas - se, como, o quê e para quê ela é preservada e divulgada. São examinados os movimentos populares que ainda não têm uma preocupação maior com a memória; aqueles que a utilizam para justificar e manter o seu presente e aqueles que veem no seu passado um instrumento de autocrítica e libertação dos oprimidos. Além desses, são analisados alguns outros processos de rememoração e, para finalizar, a crença na construção de uma Memória Nacional é desmitificada.

O segundo e último capítulo faz um balanço da preservação e divulgação da memória feita pelos movimentos populares de Uberlândia, principalmente pelo Centro de Documentação, Assessoria e Formação Popular (CDP). Ele detecta dificuldades políticas, sociais, culturais e materiais, propõe soluções, mostrando a relação entre história e memória e defendendo o uso desta para colaborar com o fim da opressão sobre as classes populares.

Muitas das observações e análises feitas nos dois capítulos baseiam-se nas investigações efetivadas em 1989. Como os objetos de estudo destas pesquisas são contemporâneos e como o acontecer histórico não parou durante a realização deste estudo, muitas destas observações podem já não coincidir tão bem com a realidade.

Por exemplo, entre os anos de 1989 e 1990, a Comissão Pastoral de Terra foi extinta devido a problemas políticos e financeiros da Igreja e, no seu lugar, foi criada a Animação Pastoral e Social no Meio Rural (APR).

Mesmo assim, é possível que este trabalho, o qual buscou compreender melhor a realidade e a importância da memória popular, seja capaz de ajudar os movimentos populares preocupados em transformar a sociedade, a elaborar e desenvolver de maneira mais lúdica e segura as estratégias de combate ao controle do saber e da memória pelas classes dominantes, evitando, desta forma, que elas, através do mascaramento dos conflitos e desigualdades sociais, disciplinem as classes oprimidas e fortaleçam a ordem social vigente.

Capítulo I

DIFERENTES FORMAS DE RESGATAR E UTILIZAR A MEMÓRIA POPULAR

"...Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado..."¹

1. MEMÓRIAS

A memória é um bem cultural, uma categoria de saber que envolve não só informações sobre o passado, mas também sobre o próprio presente, as quais, durante o acontecer social, já vão sendo produzidas e destacadas para tornarem certos fatos conhecidos ou não.

Desta forma, os registros orais, escritos, iconográficos e arquitetônicos onde a memória se inscreve não expressam neutramente todas as complexidades, contradições e conflitos que compõem o real. Eles representam apenas alguns vestígios deste real que são selecionados de forma diferenciada pelos vários grupos sociais tanto no momento de elaboração, quanto de preservação, organização e divulgação dos suportes da memória. Cria-se, assim, de acordo com os diversos interesses e necessidades em jogo na sociedade, diferentes memórias sobre um só acontecimento histórico passado ou presente.

"...os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (...), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura, exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas..."²

Na luta pela concretização de seus interesses e necessidades, um grupo social tenta sobrepor a sua memória às outras, confundindo-a

-
1. fala de um dos personagens do filme "1984" - adaptação do livro de George Orwell com o mesmo título.
 2. Jacques LE GOFF, Memória, in: Memória-História, p. 13.

com o próprio real, com a história. Isto é, como fazem os positivistas, transforma-se os registros sobre um acontecimento (memória) na sua prova histórica, na sua explicação (História). Porém, como defende Le Goff, a história deveria ir além da memória, analisando os seus registros criticamente, ciente de que eles não são neutros, mas sim frutos de uma seleção voluntária ou não.

Dentre as várias memórias construídas pela sociedade, existe a memória popular, ou seja, os vestígios dos saberes, valores e práticas dos segmentos sociais que encontram-se mais distantes do poder político e econômico. Memória das classes material e culturalmente oprimidas, do seu cotidiano, de suas organizações; enfim, das formas como elas vivem e resistem à exploração do sistema capitalista vigente no país. Uma memória que as classes dominantes, as quais têm maior controle sob as instituições de produção e popularização do saber - escolas, meios de comunicação, arquivos, etc., tentam ocultar ou manipular.

"...a ideologia dominante não chega a reduzir toda a expressão cultural, não chega a reduzir a criatividade popular a ela mesma, ideologia dominante. Às vezes, podemos ser levados, numa compreensão acrítica do que seja esta luta (luta entre a ideologia dominante - tentando assenhorar-se da totalidade dominada - e a ideologia dominada - resistindo ao domínio total), a pensar que tudo o que se acha na cotidianidade popular é pura reprodução da ideologia dominante. E não é. Haverá sempre algo, nas expressões culturais populares, da ideologia dominante, mas há também, contradizendo-a, as marcas da resistência, na linguagem, na música, no gosto da comida, na religiosidade popular, na compreensão do mundo ..."

Como todas as memórias, a memória popular não é pura e homogênea, pois as classes oprimidas e suas organizações, assim como o real onde elas se inserem, não estão isentas de conflitos e contradições. Consequentemente, ela pode ser recuperada e utilizada com diferentes finalidades; sendo que para cada uma destas finalidades, diferentes aspectos da existência popular são preservados e divulgados e de diferentes maneiras.

3. Paulo FREIRE e Antônio FAUNDEZ, Por uma Pedagogia da Pergunta, p. 36.

Nas entidades populares onde procurei observar para quê, como e o quê da memória popular é produzido, resgatado, conservado e divulgado⁴, nem sempre são os interesses e as propostas políticas destas organizações que determinam o uso a ser dado à memória dos segmentos populares que as constituem - memória mais relativa às lutas organizadas do que ao cotidiano e as manifestações culturais das classes oprimidas. A sensibilidade de seus militantes para a relação entre passado, presente e futuro, a sua infra-estrutura e outros fatores também influenciam nesta determinação. Tanto assim que há movimentos com objetivos semelhantes que utilizam de forma diferenciada a memória popular. Entre as entidades que visam a compreensão crítica da sociedade e sua transformação, além da luta mais corporativista, há aquelas que usam a memória dos segmentos que as compõem apenas para justificar e promover a situação presente do movimento, para conservá-lo sem nenhuma alteração; e existem outras que utilizam essa memória para efetuar a auto-crítica do movimento, para repensá-lo e modificá-lo, se necessário. Isto também acontece entre as entidades que visam somente a ação corporativista em favor da categoria que representam.

Além destas organizações que têm alguma idéia da utilidade que a memória popular poderia ter para o seu presente, apesar das dificuldades materiais e políticas para concretizá-la⁵; durante a pesquisa foram encontradas entidades que não definiram isto com clareza.

Um exemplo é a Associação dos Moradores do Bairro Patrimônio que não desenvolve e nem planeja desenvolver nenhuma iniciativa de resgate da memória daquele segmento popular. Os únicos registros por ela guardados (estatutos, documentos contábeis, atas, ofícios, dentre outros), os quais encontram-se espalhados entre os seus vários diretores

4. Apesar de alguns militantes diferenciarem o sindicato de trabalhadores das entidades populares, por este lidar mais diretamente com o conflito entre capital e trabalho, prefiro não fazer tal distinção por acreditar que o sindicato representa uma das várias formas das classes oprimidas se organizarem diante das também diferentes formas de exploração que sofrem tanto no espaço da produção (local onde o sindicato atua), quanto fora dele.

5. cf. Capítulo II - "As Dificuldades presentes na Preservação e Divulgação da Memória Popular

e não arquivados em um só local (a Associação tem uma sede, porém ela está em péssimas condições de conservação - sem vidros nas janelas, etc.), foram produzidos apenas com o intuito de atender às exigências burocráticas da própria entidade. Ou seja, apesar deles possibilitarem o conhecimento de alguns dos problemas vividos pelo "Patrimônio" e de seus habitantes a partir de 1986 (data de fundação da entidade e, portanto, do início da produção de seus documentos), eles servem principalmente como provas legais que conferem à Associação o direito e a autoridade de reivindicar, junto aos poderes públicos e outras instituições, melhorias para o bairro e seus moradores.

Entre 1986 e 1989, este desinteresse pelo resgate e socialização da memória da Associação dos Moradores do Bairro Patrimônio e de dos segmentos populares que a constituem acontecia pelo fato desta entidade ter uma atuação muito frágil, esporádica e distante daqueles que ela dizia representar. Assim, por atuar pouco, pouca memória ela tinha para registrar e divulgar. Além disso, por agir por si só, sem a participação do conjunto dos moradores do bairro, ela não precisava da memória destes para entender quais os problemas e carências que ela deveria procurar resolver e nem se preocupava em analisar, junto com eles, a sua memória, as suas ações.

No final de 1989, apesar da nova Diretoria da Associação ter sido eleita com uma maior participação dos habitantes do "Patrimônio", a preocupação com a preservação da memória popular e, conseqüentemente, com a utilidade que ela poderia ter para a dinâmica do movimento, continuou inexistente. A nova Diretoria não tinha tido tempo nem para encaminhar os problemas infra-estruturais mais urgentes do bairro - escola, ônibus, etc., quanto mais para refletir sobre este assunto.

Mesmo assim, o seu Presidente mostrou-se incomodado com o desprezo e a destruição que a memória do Bairro Patrimônio vem sofrendo - memória que, ao seu ver, poderia mostrar o início da cidade de Uberlândia e as condições de vida de escravos libertos e seus descendentes que ali residiram ou ainda residem. Apesar de ter esta preocupação, ele não cogitou a possibilidade da própria Associação poder salvar essa memória através da luta pelo tombamento de certas construções tradicionais do bairro e do registro das recordações dos seus mo-

radores mais antigos. Além disso, ele não conseguiu explicitar a importância que esta memória teria para a atualidade, a não ser como mais um dado na "História de Uberlândia" (como se Uberlândia tivesse uma história geral, única, coesa); um passado morto, digno de ser contemplado e nada mais.

Um outro caso diferente é o do Forum de Entidades Populares. Desde a sua formação no início do ano de 1989, decidiu-se que os seus documentos seriam preservados por uma das entidades que o compõe - o Centro de Documentação, Assessoria e Formação Popular. No entanto, ao se resolver isto, não houve uma discussão profunda sobre qual a importância e utilidade de se preservar a memória do FEP e, através dela, a memória dos segmentos populares que o constituem. Tal indefinição torna quase nula aquela decisão inicial, pois não saber o porquê de se guardar os documentos acumulados pelo FEP dificulta a sua realização, ou seja, a escolha do quê e como preservar.

Tanto é assim que a produção e o levantamento documental do Forum estão voltados apenas para auxiliar os seus afazeres cotidianos e imediatos, os quais são ligados com o trabalho de articulação de vários movimentos populares interessados em compreender criticamente e transformar o sistema capitalista, acabando com a exploração do homem e construindo uma nova sociedade. Não existe um cuidado especial em produzir e recuperar documentos que registrem a memória das lutas populares articuladas; o que ajudaria no conhecimento e reflexão destas experiências.

Desta forma, o acervo documental do FEP, o qual se encontra encaixotado no CDP⁶, congrega apenas algumas cartas recebidas e enviadas e outros documentos que procuram definir a atuação ideal do Forum (carta de princípios, cronograma de atividades para 1989). Os registros daquilo que o FEP realmente realizou juntamente com outras entidades populares, os quais poderiam revelar os avanços, limites e di-

6. Em 1990, os documentos do FEP foram transferidos para a sede dos Direitos Humanos, pois lá o seu manuseio pelos membros do Forum mostrou-se mais fácil.

ficuldades da luta popular organizada, são precariamente elaborados.. As atas⁷ de suas reuniões encontram-se, quando muito, rascunhadas e espalhadas entre os Coordenadores da entidade. Além disso, não existem relatórios de suas atividades para avaliar o que foi ou não efetivado.

Diferentemente da Associação dos Moradores do Bairro Patrimônio, essa forma limitada de preservação e utilização da memória popular não acontece pela pouca atuação do FEP ou pelo seu distanciamento da base. Ela ocorre, porque o Forum de Entidades Populares teve todo o seu curto prazo de existência preenchido por atividades necessárias para se organizar e iniciar a sua atuação através, principalmente, do acompanhamento do processo de elaboração da Lei Orgânica do Município, assistindo às sessões realizadas na Câmara Municipal e confeccionando, junto a outras entidades, emendas populares a serem apresentadas para fazerem parte desta lei que regerá muitos aspectos da cidade de Uberlândia e seus distritos. Enfim, durante um ano, o FEP teve tempo apenas para "fazer o movimento" e não para registrar, divulgar e analisar aquilo que apenas está começando a acontecer.

No entanto, mesmo não tendo discutido a utilidade da preservação de sua própria memória e da dos segmentos populares que o constituem, o Forum, para viabilizar seus projetos e desenvolver suas atividades, acabou recuperando, mesmo que não sistemática e explicitamente, a memória de lutas populares passadas como a da "Plenária Pró-Participação Popular na Constituinte" que atuou durante todo o período de elaboração da nova Constituição brasileira promulgada em 1988.

Após esta rápida explanação, percebe-se a complexa realidade

7. Normalmente, existe um certo preconceito em relação às Atas por e - las, em princípio, significarem apenas um ato burocrático utilizado para comprovar legalmente certas decisões. Assim, muitas vezes, ela é elaborada de forma resumida para atender rapidamente a uma formalidade administrativa. Contudo, ela pode receber uma outra função mais importante - registrar detalhadamente as ações e discussões realizadas por um movimento, para que elas possam ser conhecidas e analisadas por seus novos integrantes ou outros interessados.

da preservação da memória popular feita através de entidades que têm um forte vínculo com ela pelo fato de, de uma forma ou de outra - corporativista ou não, muito ou pouco atuante, combativa ou conciliatoriamente, se virem como instrumentos de luta contra a exploração e dominação sofridas pelas classes que constroem esta memória. Isto é, há diferentes maneiras de se resgatar e utilizar a memória popular. Vejamos agora, com maior profundidade, algumas delas.

2. JUSTIFICANDO O PRESENTE ATRAVÉS DA MEMÓRIA

Em muitos casos, a memória é utilizada para ajudar na manutenção e fortalecimento de uma ordem vigente, escamoteando os seus problemas e evitando críticas e transformações.

Para alcançar tal objetivo tenta-se provar a ocorrência de uma evolução de um passado ruim para um presente melhor. Desta forma, ressuscita-se as lembranças de injustiças, desumanidades, violências e defeitos de uma organização social anterior para mostrar como a atual, mesmo não sendo perfeita e totalmente sem dificuldades, significa um progresso em relação ao que existia antes e, por isso, não merece sofrer profundas modificações.

Henfil, no livro onde escreveu sobre sua visita à China na década de 70, relata como um grupo de camponeses, após a Revolução Socialista de 1949, conseguiu transformar uma região montanhosa e sujeita a erosões em uma área saudável para a produção agrícola através da construção de platôs que triplicaram o espaço disponível para cultivo. Para valorizar esta conquista, os chineses deixaram sem tratamento uma parte desta terra antes infértil. Deste modo, eles tinham como mostrar às novas gerações os limites da China pré-revolucionária e os avanços da China Socialista; atraindo, assim, a sua crença e o seu apoio à Revolução.⁸

No entanto, enquanto o povo chinês é motivado a rememorar estas e outras vitórias do socialismo, as quais destacam os defeitos do passado e vangloriam o presente, tenta-se esconder os sérios proble -

8. HENFIL, Henfil na China antes da Coca-cola, p. 138

mas vividos pela República Popular da China: autoritarismo, burocratização, falta de liberdade de expressão em país dirigido por uma meia dúzia de "iluminados" que não querem perder seus privilégios. Tanto assim que, durante os manifestos pró-democracia ocorridos neste país no primeiro semestre de 1989, o governo chinês procurou ocultar a repressão que exerceu sobre este movimento, incinerando de madrugada os corpos de milhares de pessoas mortas no confronto entre o exército e a população na Praça Celestial - local ocupado pelos chineses que reivindicavam maior liberdade.⁹ Enfim, procurou-se esconder os vestígios humanos que dificultariam aos dirigentes da China negarem a sua atitude autoritária e violenta e a real necessidade da população chinesa se unir para lutar por democracia.

O arquiteto Paulo Mendes Rocha, em um encontro realizado em São Paulo para discutir a preservação da memória no Brasil, analisou com indignação como "...a nossa sociedade (...) se manifesta através da classe dominante, tão cínica que correntes, argolas são objetos de decoração. Na casa burguesa é comum encontrar uma corrente, uma argola, uma ferragem, ou 'os ferros', como dizem os espanhóis, que são instrumentos de tortura e, no entanto, estão ali para diluírem-se enquanto a memória, (...) são objetos de decoração da maior irresponsabilidade, sem que se faça por esses processos uma visão de recuperar uma leitura que nitidamente conte uma história que nos interessa contar para que possamos estabelecer o nível de consciência em relação aos projetos que devemos fazer com esse passado ..."¹⁰

Apesar do palestrante considerar que a burguesia utiliza objetos de tortura apenas para adornar sua casa sem relacioná-los com um objetivo maior; observando melhor esta atuação, pode-se perceber que ela não é tão irresponsável, tão desvinculada de um projeto político assim. Ao se utilizar correntes, argolas, ferragens - instrumentos que antigamente serviam para controlar escravos rebeldes - como enfeites de uma residência, procura-se mostrar, mesmo que inconscientemente, co

9. informação fornecida durante uma palestra proferida pelo jornalista Jaime Martins na Universidade Federal de Uberlândia em novembro de 1989. Ele presenciou de perto todos estes fatos ocorridos na China nos primeiros meses deste mesmo ano.

10. Paulo Mendes da ROCHA, A Casa das Retortas, in Produzindo o Passado (estratégias de construção do patrimônio cultural), p. 178

mo as desumanidades do passado não ocorrem mais; tanto que hoje elas são apenas objetos de decoração. Deste modo, tenta-se controlar a memória das classes oprimidas para dissimular a dominação e a exploração que elas ainda sofrem na atualidade, mesmo que através de métodos mais sutis.

Enfim, relembra-se as injustiças, as violências passadas para tentar provar que elas não existem mais no presente; para fazer com que as pessoas se conformem com sua realidade ao reconhecer que antes era pior, mesmo que hoje não seja perfeito; para evitar movimentos de crítica e transformação e acabar com as esperanças em um futuro diferente.

"...O sentido histórico (...) erradica o futuro, porque destrói as ilusões. (...) O fundamento disso está em que, no cômputo histórico, sempre vem à luz tanto do falso, grosseiro, desumano, absurdo, violento que a piedosa disposição a ilusão, somente na qual pode viver tudo o que quer viver, é necessariamente desbaratada..."¹¹

Uma outra estratégia utilizada para, com o auxílio da memória, justificar e manter o presente, é, ao invés de trabalhar com a idéia de evolução, tentar mostrar a origem perfeita do presente no passado, imortalizando os tempos já idos ao acreditar na sua continuidade nos tempos atuais.

"...A alta origem é o 'exagero metafísico que reaparece na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial'. Gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã..."¹²

Para isso, resgata-se e divulga-se com mais afinco as grandes vitórias e conquistas passadas, tratando-as como a raiz imutável do presente, como algo digno e capaz de ser repetido, como um modelo a ser imitado e não como uma realidade a ser repensada e talvez modificada.

11. Friedrich NIETZSCHE, Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida, in. Obras Incompletas VOL; II, p. 29

12. Michel FOUCAULT, Nietzsche, a genealogia e a história, in Microfísica do Poder, p. 18.

"...Em que, então, é útil ao homem do presente a consideração monumental do passado, o ocupar-se com os clássicos e os raros de tempos antigos? Ele aprende com isso que a grandeza, que existiu uma vez, foi, em todo caso, possível uma vez e, por isso, pode ser que seja possível mais uma vez; segue com ânimo sua marcha, pois agora a dúvida, que o assalta em horas mais fracas, de pensar que talvez queira o impossível é eliminada ..." ¹³

Alguns movimentos populares, mesmo que visem uma certa transformação do real onde estão inseridos, utilizam a sua memória (memória do segmento popular que o realiza e, junto a ela, a memória da entidade que o organiza) para legitimar e manter a sua origem e sua forma atual de agir. Rememorar, para eles, significa revelar a sua contínua seriedade e competência para resolver os problemas dos segmentos populares que os constituem, fazendo com que eles confiem na sua organização e mobilizem-se, assim, para ajudar a fortalecê-la, sem criticá-la, sem procurar refletir se ela precisa sofrer mudanças para atender melhor às suas reais necessidades e interesses.

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Uberlândia guarda e divulga com maior zelo somente aqueles registros que servem para comprovar e assegurar legalmente a organização da entidade e os direitos trabalhistas e sindicais de seus filiados (atas, estatutos, fichas de filiação, documentos contábeis, acordos coletivos de trabalho, etc.). Registros que mostram as vantagens que o sindicato oferece para os bancários (serviços assistencialistas como manicure, clube recreativo, etc.), a alegria dos seus filiados em festas de confraternização, as vitórias que o sindicato alcançou ou está prestes a alcançar em relação à exploração que a categoria vive em seus locais de trabalho (baixos salários, demissões sem justa causa, horas-extras não pagas, dentre outras). Aqueles documentos que poderiam revelar os problemas dos bancários que a entidade ainda não conseguiu resolver e os conflitos e dificuldades internas do movimento são empacotados e jogados em um depósito de "papéis velhos" para depois serem incinerados. Desta forma, torna-se mais fácil o conhecimento das "boas ações" do movimento e dificulta-se o acesso às informações que poderiam mostrar

13. Friedrich NIETZSCHE, Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida, in: Obras Incompletas, Vol. II, p.24.

os seus limites. ¹⁴

Assim, como disse o Secretário Geral do Sindicato, "...dá - se garantia para o sindicato, porque a sua finalidade é lutar pela classe; e preservar as suas conquistas passadas é uma forma de demonstrar que o sindicato já fez alguma coisa pela classe..."¹⁵ (grifo meu)

As notícias publicadas no jornal "A Liderança" (órgão informativo do Sindicato dos Bancários de Uberlândia), quando confrontadas com outras fontes de informação sobre esta entidade, revelam com nitidez esta tentativa de garantir o apoio incondicional dos bancários às ações da Diretoria de seu sindicato, a qual não consegue disfarçar a sua forma autoritária de dirigir o movimento - "lutar pela classe" e não com a classe.

O artigo intitulado "Bancários continuam sendo explorados" é um exemplo de como o sindicato faz questão de resgatar a exploração sofrida pela sua categoria - faz isto sem vincular os problemas específicos dos bancários com os problemas conjunturais e estruturais do sistema capitalista brasileiro - com o objetivo de destacar a sua atuação sempre competente para lutar contra ela em nome de seus filiados.

"Não bastasse o minguado salário e condições adversas de trabalho, vários gerentes de agências aqui em Uberlândia estão abu-

-
14. A preservação cuidadosa dos Acordos Coletivos de Trabalho anuais assinados entre o Sindicato dos Bancos e o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e o desprezo em relação às minutas de reivindicação elaboradas para direcionar as negociações que levam a assinatura dos acordos coletivos é um exemplo concreto de como o Sindicato dos Bancários valoriza apenas os seus acertos e procura ocultar as suas debilidades. A comparação entre a minuta de reivindicação e o acordo coletivo poderia mostrar com clareza os problemas, as necessidades dos bancários que o movimento não conseguiu solucionar no embate com os banqueiros. Isto é, poderia revelar os limites da organização da categoria que precisam ser modificados e as inflexibilidades dos patrões que ainda devem ser vencidas. A não conservação destes dois tipos de documentos com o mesmo zelo torna esta comparação mais custosa e coloca em destaque apenas aquilo que o sindicato chegou a efetivar.
 15. entrevista gravada com Sr. Urias Dutra Ferreira em 13 de novembro de 1989.

sando dos nossos companheiros que trabalham nos caixas.

(...) Entretanto, está na hora de dar um basta a esta situação de sacrifício. Neste sentido, a diretoria do Sindicato já tomou providências, levando o fato ao conhecimento do Ministério do Trabalho, exigindo providências severas e urgentes." ¹⁶ (grifo meu)

Outro artigo mostra como o Sindicato dos Bancários utiliza a sua memória para reforçar a idéia de unidade, força, seriedade e harmonia existente no movimento e ocultar os seus problemas.

"O Sindicato dos Bancários de Uberlândia e Região que sempre sai na frente, através de sua Diretoria competente, já começa a formular a campanha salarial para 1989. (...) Temos certeza que vamos vencer mais esta batalha, porque a nossa categoria é unida, falamos a mesma língua..." ¹⁷ (grifos meus)

No entanto, ao contrário destas notícias que pretendem justificar e manter a forma atual do Sindicato agir, a oposição bancária divulgou outras informações sobre a entidade que colocam em xeque a sua tão comemorada eficiência e união e revelam a necessidade de repensá-la e modificá-la.

"Em Assembléia realizada dia 27.07.89, a categoria dos bancários de Uberlândia e região aprovou, democraticamente, o percentual de 0% (zero por cento) para o desconto assistencial relativo ao dissídio coletivo de setembro/89 (...).

No entanto, companheiros, essa diretoria (atual diretoria do sindicato dos Bancários) sem caráter, descomprometida com a categoria, não hesitou em descumprir e desrespeitar a decisão SOBERANA da Assembléia e ROUBAR de todos os bancários um percentual de 10% sobre a diferença entre os salários de agosto e setembro." ¹⁸ (grifos meus)

Esta informação originária de uma fonte externa ao Sindicato dos Bancários suscita dúvidas em relação a afirmativa de sua Diretoria de que a sua categoria "fala a mesma língua". Isto resgata os sérios conflitos internos que o movimento sindical dos bancários tem vivido, apesar de seus dirigentes procurarem escamoteá-los para perpetuar os seus privilégios e a organização autoritária, corporativista e assisten

-
16. BANCÁRIOS continuam sendo explorados. Liderança, Órgão Informativo do Sindicato dos Bancários de Uberlândia, out. 1989, p.02.
 17. SINDICATO está formulando a Campanha Salarial 89. Liderança, Órgão Informativo do Sindicato dos Bancários de Uberlândia, jun.1989, p. 01.
 18. DESRESPEITO à Assembléia - Assalto, Oposição Bancária, Informativo Uberlândia e Base Territorial, 17.12.1989.

cialista do sindicato.

O Presidente do Conselho de Entidades Comunitárias de Uberlândia (CEC)¹⁹ também compreende que a memória do Conselho e dos segmentos populares ali articulados (associações de bairro, sindicatos, clubes de mães, movimentos estudantis) poderia ser recuperada e divulgada para comprovar a sua tradição de lutar seriamente e com sucesso em prol da melhoria das condições de vida das classes oprimidas (ônibus, educação, meio ambiente sem poluição, água, etc.) e, além disso, em prol da compreensão crítica e da transformação da ordem social vigente que se mostra extremamente desigual e injusta. Ele acredita que este relembrar de vitórias seria capaz de transmitir a confiabilidade do movimento para os seus filiados, motivando-os a participar com mais afinco de suas atividades.

No entanto, como o próprio dirigente do CEC afirmou, nunca houve a preocupação concreta da Diretoria do Conselho ou dos seus filiados em resgatar e conservar cuidadosamente os vestígios de sua história. Por conseguinte, a organização dos seus documentos não coincide totalmente com o valor que o seu presidente dá a memória. Ou seja, ela efetiva com menos intensidade do que o Sindicato dos Bancários o uso da memória para justificar a situação atual do movimento e fortalecê-la.

O acervo documental do CEC produzido e organizado mais para atender às necessidades administrativas e cotidianas da entidade do que para preservar uma memória popular, engloba uma série de registros escritos que, se analisados criticamente, podem fornecer dados não só sobre os triunfos do movimento como quer a sua Diretoria, mas também sobre os seus limites e derrotas. Existem documentos como os planos anuais de ação e outros projetos elaborados pelo Conselho que retratam os objetivos e perspectivas do CEC e seus filiados. Além disso, há recortes de jornais da cidade com notícias sobre o Conselho, atas redigidas com detalhes que pormenorizam os temas discutidos em cada reunião, manifestos confeccionados pela entidade, os quais demonstram se aque -

19. entrevista realizada com Dr. Antônio Rony Henriques no dia 13 de dezembro de 1989.

less planos iniciais foram realmente efetivados ou não e quais os obstáculos que surgiram durante o seu encaminhamento.

Dentre estes registros, os mais divulgados e conhecidos através das plenárias e dos debates realizados junto a grupos populares, das denúncias publicadas nos jornais da cidade e dos manifestos espalhados entre a população, são aqueles que falam sobre os problemas conjunturais (eleições, Lei Orgânica Municipal) e de infra-estrutura (ônibus, creche, educação, etc.) do município e país e da interferência do CEC sobre eles. São poucos os que memorizam o movimento em si, dificultando a análise e o repensar de seus avanços e recuos, de seus acertos e dificuldades para lidar com as necessidades dos segmentos sociais que o constitui.

Enfim, os movimentos populares que acreditam poder utilizar a sua memória para legitimar a sua organização presente, realizam com maior ou menor intensidade o resgate dos conflitos e complicações existentes somente na relação do segmento que o compões com os poderes instituídos na sociedade, com os patrões, com as classes dominantes. A partir daí, o movimento mostra a sua ação eficaz para lutar por melhorias corporativistas para a sua categoria como o faz o Sindicato dos Bancários ou, como faz o CEC, para reivindicar melhorias nas condições básicas de sobrevivência da população e ajudar na transformação maior da sociedade. Por outro lado, as contradições presentes na relação do segmento popular com o próprio movimento são menosprezadas, enquanto as suas qualidades são recuperadas e propagadas com excesso de otimismo.

O não reconhecimento de que os movimentos populares, além de vitórias contra a exploração praticada pelas classes dominantes, também vivem discórdias e dificuldades internas prejudica muito a sua atuação. No afã de se mostrar forte e de se manter como está, o movimento oculta os seus limites, não reflete sobre eles, evitando possíveis mudanças que esta reflexão tornaria necessárias. Assim, paradoxalmente, ele se enfraquece e perde parte do seu poder de lutar contra a opressão sofrida pelas classes populares, pois, mesmo escamoteados, os seus problemas internos continuam existindo e vão até se agravando. Isto emperra o caminhar do movimento.

O Sindicato dos Bancários passou, no início de 1990, por um conflituoso processo eleitoral devido as tentativas de sua atual diretoria manipular as eleições para se manter no poder e não perder seus privilégios. O CEC tem dificuldades para mobilizar pessoas que participam comprometidamente de suas atividades e, além disso, vão surgindo entidades paralelas a ele como o Forum de Entidades Populares, que têm objetivos semelhantes, mas utilizam estratégias diferentes para alcançá-los.²⁰ Como se vê as entidades que utilizam a sua memória apenas para destacar as suas qualidades, têm os seus filiados divididos, o que pode diminuir o seu potencial de resistência contra as injustiças sociais.

Se, ao invés disso, elas aceitassem ser dinâmicas, abertas a mudanças, os seus conflitos internos seriam contornados com maior facilidade e, assim, sobrariam mais forças para lutar contra as atrocidades do sistema capitalista.

"...Acreditamos ser o confronto ideológico e de posições, um caminho extremamente saudável para superar determinados impasses: um deles, é a superação das contradições e divisões internas com as quais não sabemos conviver dentro do movimento até porque não é possível entender essas posições devido à falta de espaço para o aprofundamento e explicitação de idéias. Discutir a fundo as diferentes maneiras de enfocar um tema ou propostas de ações con

20. Durante o trabalho de recolhimento de assinaturas para as emendas populares que foram apresentadas para compor a Lei Orgânica do Município de Uberlândia elaborada entre 1989 e 1990 pela Câmara Municipal, o FEP e o CEC agiram conjuntamente. Todavia, as entrevistas realizadas com os membros de cada uma destas entidades explicitaram as divergências existentes entre elas. O CEC não concorda com a formação de uma outra entidade semelhante a ele, pois acha que isto divide o movimento. O FEP acha a atuação do CEC pouco combativa. Por exemplo, no momento de confecção das emendas populares, o CEC queria aguardar a elaboração do Projeto de Lei Orgânica pelos vereadores para, a partir dele, pensar se seria necessária a apresentação de emendas pelos movimentos populares. Já o FEP defendeu a confecção de emendas populares independente do que a Câmara Municipal estava pensando, pois assim o movimento popular teria como negociar autonomamente com os vereadores a partir de suas próprias propostas e não de idéias alheias às suas necessidades e interesses.

cretas podemos levar a encontrar a verdade e ao caminho correto no nosso campo de luta.

(...) Com isso, estaremos trabalhando na construção da unidade do movimento sindical²¹, sem excluir ou desconhecer a luta interna de posições..."

2.1. Manipulação da Memória

Para legitimar a ordem social vigente, mostrando a sua origem perfeita em tempos já idos ou provando a sua evolução em relação a um passado desumano, costuma-se manipular a memória. Em outras palavras, recorda-se somente as conquistas de um processo histórico ou apenas as antigas injustiças que a atualidade conseguiu eliminar. Por outro lado, oculta-se as contradições, pluralidades, rupturas e desvios que permeiam o acontecer social, as quais denunciam a não ocorrência da continuidade ou da evolução linear entre o passado e o agora e prejudicam, assim, a utilização da memória para justificar e fortalecer o presente. Enfim, relembra-se apenas aquilo que revela a unidade, harmonia, coerência e procura-se esquecer as heranças consideradas incômodas por delatarem as divergências e descontinuidades.

"...Quantas diferenças é preciso negligenciar pra que ela faça a aquele efeito fortificante, com que violência é preciso meter a a individualidade do passado dentro de uma forma universal e que - brá-la em todos os ângulos agudos e linhas, em benefício da concordância! (...) A história monumental (...) sempre aproximará, universalizará e por fim igualará o desigual; sempre depreciará a diferença dos motivos e das ocasiões, para, às custas das 'causas', monumentalizar os 'effectus', ou seja, apresentá-los como modelares e dignos de imitação ..."

Com o objetivo de impedir que certos grupos sociais critiquem e transformem a sua realidade, fazendo-os acreditar que ela representa a perfeição, procura-se, através da manipulação de informações sobre acontecimentos remotos ou recentes, criar uma Identidade harmônica e única para todos os componentes de uma organização social. Uma identidade que os integre, que esconda as suas diferenças e conflitos,

21. SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, A Importância da Metodologia no trabalho de Formação, p. 3-4.

22. Friedrich NIETZSCHE, Da Utilidade e Desvantagem da História para a vida, in: Obras Incompletas Vol. II, p.25.

uniformizando-as e forjando relações sociais coesas e fixas.

Assim, tentou agir o Sindicato dos Bancários de Uberlândia, ao negar as divergências existentes entre seus filiados e afirmar que a sua categoria estava unida e "falando a mesma língua".²³

Para isso também servem, segundo Le Goff, os álbuns de família que são "...apresentações comentadas das fotografias de família, ritos de integração a que a família sujeita os seus novos membros. As imagens do passado (...) evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um factor de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações de sua unidade presente." ²⁴ (grifo meu)

Este processo de rememoração utilizado para confirmar as qualidades invioláveis do presente exige um trabalho de controle - seleção dos vestígios da história que podem ser divulgados e daqueles cujo acesso deve ser proibido - e até de falsificação das fontes históricas. Através deste trabalho, procura-se elaborar uma história monumental, ou seja, transformar os monumentos - representações escritas, arquitetônicas, iconográficas ou orais de um acontecimento social - na própria explicação do real. Uma história que aceita como verdade as lembranças contidas nos monumentos que comprovam a coerência existente entre o passado e o presente, sem problematizá-las, sem depurar os seus aspectos ideológicos para descobrir os dados que elas tentam valorizar ou escamotear.

"... os guardiões vigilantes das lendas oficiais erigidas em tradição, que perpetua sua institucionalização, foram muitas vezes os 'antigos', os dirigentes mais prestigiosos. Suas lembranças pessoais deviam pesar mais na balança a propósito das questões controvertidas, que o trabalho crítico minucioso e aséptico dos historiadores." ²⁵

Desta forma, a memória confunde-se com uma história ideológica e inquestionável, a qual é resgatada como se fosse um saber neutro

23. cf. p. 29

24. Jacques LE GOFF, Memória, in: Memória-Histórica, p. 39-40

25. Georges HAUPT, Por que a história do movimento operário?, in: Revista Brasileira de História VOL. 5, nº10, p. 216.

e objetivo, digno de ser apenas conhecido e contemplado. Um saber que não merece críticas, que é utilizado pra explicar e justificar uma realidade e não para analisá-la e, a partir daí, modificá-la se necessário.

Conseqüentemente, cria-se mitos, dogmas, heróis que substituem a história real e viva e devem ser louvados e imitados. Tenta-se atrofiar a memória coletiva, destruir o pensamento criativo associado a uma ação social dinâmica, acomodar e sufocar as pessoas para que elas não acreditem mais poder construir um mundo diferente do atual.

Como relata Georges Haupt, estes métodos eram usados pelo governo stalinista na URSS, para legitimar a sua forma de dirigir o socialismo:

"...A historiografia stalinista (...) cessa de ser a memória coletiva, o reflexo da práxis acumulada, a soma das experiências vividas pelo movimento operário para tornar-se coleira que o sufoca, um instrumento essencial de coisificação.

Com a ajuda de falsificações incríveis, (...) o stalinismo metodicamente apagou, mutilou, remodelou o campo do passado para substituí-lo por suas próprias representações, seus mitos e sua autoglorificação. (...) A função que o stalinismo destina o que considera e declara ser a história (...) exprime um medo profundo da realidade histórica que ele se esforça em mascarar, truncar, deformar sistematicamente para fazer dele o terreno do conformismo e docilidade(...). Daí(...) o passado se vê sendo tratado como segredo de Estado e é proibido o acesso aos documentos.

(...) Os arquivos tornaram-se prisões onde os documentos fechados, inacessíveis, são zelosamente guardados por vigias juramentados. A função designada ao historiador é de justificar o poder político, de ilustrar as teses elaboradas pelo aparelho ideológico e não de utilizar os documentos inéditos suscetíveis de clarificar os episódios e os problemas litigiosos do passado..."²⁶
(grifo meu)

Trotsky, um dos influentes bolcheviques opositores do stalinismo que Stalin procurou mutilar da história do socialismo soviético, em sua autobiografia escrita em 1929, já denunciara esta manipulação da memória exercida pelo Stalinismo:

"...Escrevi naquela ocasião (aproximadamente 1912) a Tchkeidze (...) uma carta indignada contra o centro bolchevique e contra Lenine. Algumas semanas mais tarde, eu mesmo teria censurado a aquela carta. (...) Lenine sabia daquela carta, mas tanto para

26. Georges HAUPT, Por que a História do movimento operário?, in Revista Brasileira de História Vol. 5, nº 10, p. 218-19.

ele como para mim, eram águas passadas, e nada mais (...). Em 1924 os epígonos tiraram-na dos arquivos (...). Não foi por acaso que a publicaram nos meses que seguiram a morte de Lenine(...) Antes de tudo, Lenine não podia ressuscitar para chamar aqueles pelo nome adequado. Em segundo lugar, as massas populares estavam ainda sob a dor da perda do chefe. Sem ter idéia alguma da história do partido, leram um juízo de Trotsky, hostil a Lenine, e ficaram chocadas. Aquele juízo remontava a doze anos antes, mas a cronologia já não valia de nada no método usado de citações tendenciosas. O uso que os epígonos fizeram daquela carta constitui uma das maiores fraudes da história. Os documentos 'falsificados pelos reacionários franceses no processo Dreyfies' nada são comparados a esta fraude política de Stalin e dos seus cúmplices..."²⁷

Como se vê, não são só os detentores do poder político e econômico do regime capitalista que manipulam a memória coletiva para tentar manter a ordem social que lhes dá privilégios. Le Goff, no decorrer do texto "Memória"²⁸, mostra através de vários exemplos como, desde as sociedades sem escrita até hoje, esta manipulação tem sido exercida de diversas maneiras (transmissão oral de lendas; nomeação de pessoas, ruas, cidades, instituições com nomes próprios relativos a homens e feitos "importantes"; elaboração de genealogias e calendários; construção de monumentos arquitetônicos; criação de festas e datas comemorativas; divulgação de cantos literários; confecção de Livros de Memória sobre benfeitores, anais, catálogos e listas de grandes feitos e heróis; formação de arquivos, museus, bibliotecas reais ou nacionais; produção de souvenirs e fotografias; controle dos meios de comunicação de massa como o rádio e a televisão; etc.) pelas classes dominantes dos diferentes tempos e espaços históricos, as quais querem conservar e fortalecer os seus poderes.

Assim, Le Goff recupera uma das formas de controle da memória exercida nas sociedades sem escrita onde "...a atracção do passado ancestral sobre a 'memória selvagem' verificou-se também em nomes próprios. No Congo, nota Balandier, depois do clã ter imposto ao recém-nascido um primeiro nome dito de 'nascença', dá-lhe um segundo, mas oficial, que suplanta o primeiro. Este segundo nome 'perpetua a memória

27. Leon TROTSKY, Minha Vida, p. 427.

28. Jacques LE GOFF, Memória, in Memória-História

de um antepassado ancestral cujo nome é assim desenterrado' - escolhido em função da veneração de que é objecto' (1965, p.227)*..."²⁹ (grifo meu)

Outro exemplo de mutilação da memória coletiva é o da maneira como os governos franceses rememoram desde o século XVIII a Revolução Francesa. Esta revolução que impulsionou, há 200 anos atrás, a burguesia e o capitalismo na França, tem sido lembrada apenas como um movimento vitorioso e pacífico. Os atos violentos que ela cometeu para derrubar a monarquia e os resquícios do feudalismo e para controlar a maioria miserável da população têm sido escamoteados pela história oficial, a qual procura provar como o capitalismo e seus representantes nunca usaram métodos desumanos para conquistar o poder e conservá-lo.

"...No final do seu título I, a Constituição de 1791 declara: 'Serão estabelecidas festas nacionais para conservar a recordação da Revolução Francesa.'

Mas cedo aparece a manipulação da memória. (...)Apenas três jornadas revolucionárias parecem aos termidoreanos dignas de serem rememoradas: o 14 de julho, o 1º Vendinário, dia do ano republicano que não foi manchado por nenhuma gota de sangue e, com mais hesitação, o 10 de agosto, data da queda da monarquia. Em contrapartida, a comemoração do 21 de janeiro, dia da execução de Luís XVI, não terá êxito: é a 'comemoração impossível'..."³⁰

Contudo, a manipulação da memória efetivada com a finalidade de conservar intocável uma certa organização social existente não é exclusividade das classes dominantes. Ela também ocorre no interior dos movimentos dos segmentos populares e oprimidos de uma sociedade.

Segundo Georges Haupt³¹, desde a intensificação dos movimentos operários (uma vertente dos movimentos populares) no século XIX até hoje, apesar de algumas experiências contrárias, os seus líderes e os "historiadores militantes" têm determinado a maneira de preservar, interpretar e transmitir a memória operária. Assim, eles têm construindo uma história dos movimentos operários baseada em fatos que legiti-

*BALANDIER, G. - La vie quotidienne au royaume de Kongo du XVI^e ou XVII^e siècle. Hachette, Paris, 1965.

29. Jacques LE GOFF, Memória, in: Memória-História, p. 15

30. *ibid*, p. 37

31. Georges HAUPT, Por que a História do Movimento Operário?, in: Revista Brasileira de História Vol. 5, nº10.

mam a sua atuação e evitam críticas e mudanças no seu rumo.

"...É preciso dizê-lo, o silêncio, a ocultação, 'procedimento favorito do poder' nos dispositivos do controle do passado, não foi e não é monopólio das classes dirigentes. Variam ou diferem apenas os procedimentos de ocultação e os objetivos perseguidos pelos partidos que reivindicam da classe operária, que por sua vez se tornaram organizadores da memória social e detêm um controle muitas vezes sem restrição da consciência do passado..."³²
(grifo meu)

No Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Uberlândia já ocorreu até a falsificação e omissão de documentos para forjar a sua ação democrática e transparente. Este fenômeno foi denunciado pela Oposição dos Bancários no seu informativo publicado em novembro de 1989:

"Os bancários de Uberlândia foram surpreendidos quando encontraram escondido no meio dos classificados do 'Correio de Uberlândia' um minúsculo edital convocando para uma Assembléia de prestação de contas, em caráter extraordinário para dia 28/09 passado às 16 horas. (...) Mas surpresa maior foi quando um número significativo de companheiros foi para a assembléia e encontrou o sindicato FECHADO, sem ninguém para explicar.

A Oposição Sindical dos Bancários exige uma Assembléia Geral amplamente convocada nos vários meios de comunicação, conforme Estatuto da entidade (...). NÃO ADMITIMOS A OMISSÃO DE CONTAS (...) QUEREMOS CONFERIR A DESTINAÇÃO DE CADA CENTAVO DESCONTADO DOS NOSSOS JÁ CORROÍDOS SALÁRIOS..."³³

Além disso, este informativo da Oposição dos Bancários também delatou como o seu Sindicato tolhe o acesso ao acervo documental da entidade, principalmente, àqueles filiados que têm uma postura mais questionadora em relação ao movimento. Além de empacotar os registros que revelam os limites e problemas do Sindicato e de trancar os seus arquivos, cujas chaves ficam na posse exclusiva do Secretário Geral que é quem decide para quem o arquivo será aberto ou não, ele dificulta a entrada dos opositores ao Sindicato na sua sede. Lá ficam afixados e guardados documentos que a oposição precisa ter conhecimento para definir e organizar a sua atuação - edital de convocação para inscrição de chapas e concorrer nas eleições do sindicato, estatuto, do

32. Georges HAUPT, Por que a História do Movimento Operário?, in: Revista Brasileira de História, Vol. 5, nº 10, p.212.

33. ASSEMBLÉIA Fantasma, Oposição Bancária, Informativo Uberlândia e Base Territorial, 17.12.1989.

cumentos contábilis, etc..

O Presidente do Conselho de Entidades Comunitárias também mostrou uma tendência para evitar que pessoas contrárias ao movimento tenham acesso aos seus documentos. Ao ser questionado³⁴ sobre a possibilidade da realização de pesquisas junto às fontes primárias do CEC, ele respondeu que, apesar disto nunca ter acontecido, ele daria acesso livre aos documentos apenas àqueles pesquisadores que explicitassem os seus objetivos e meios. quais... estivessem de acordo com as necessidades e com a realidade do CEC. Por um lado, esta atitude é positiva, pois evita a abertura dos registros do Conselho a instituições de controle e repressão dos movimentos populares como o SNI e "espiões" enviados pelas classes dominantes. No entanto, ela também possibilita a censura às pesquisas de pessoas comprometidas com as lutas populares, mas que procuram ser autocríticas e abertas à mudanças, ao invés de concordarem passivamente com a situação do movimento.

Todo este processo de manipulação da memória realizado tanto pelas classes dominantes de uma sociedade, quanto no interior das organizações das classes dominadas, prova como o passado realmente tem um forte vínculo e importância para o presente. Dependendo da forma como ele é recuperado, controlado e divulgado, ele pode auxiliar na manutenção e fortalecimento de uma ordem social vigente ou na sua modificação.

3. A MEMÓRIA COMO INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS OPRIMIDOS

A memória pode ajudar no entendimento crítico e consciente do real e, conseqüentemente, na sua transformação, se necessário for.

Para tanto, deve-se recuperar as lembranças das classes dominadas, confrontando-as com as das classes dominantes³⁵ que procuram deturpar os conflitos existentes na sociedade para manter o seu "status quo". Neste sentido, vale preservar, conceber e divulgar democratica -

34. entrevista realizada com Dr. Antônio Rony Henriques em 13 de dezembro de 1989.

35. cf. p. 72-4.

mente tanto as conquistas e experiências positivas dos segmentos oprimidos na sua complexa relação com o sistema social explorador e alienante onde estão inseridos, quanto as suas derrotas, contradições, des caminhos e sofrimentos. Isto também é válido para a construção da memória interna dos movimentos e organizações das classes desprivilegiadas. Enfim, precisa-se resgatar a memória popular seguindo o princípio de que ela, assim como a memória dominante com quem ela se contrapõe, não é neutra e nem harmônica.

Neste caso, diferentemente do processo de rememoração utilizado para provar a evolução natural de um passado injusto para um presente perfeito³⁶, os antigos fracassos e limites de uma realidade não devem ser recordados para mostrar como o presente superou-os ou para dissimular os problemas da atualidade. Eles precisam ser relembrados junto às dificuldades do agora, para revelar como a sociedade nunca foi e nem é coesa e, por isso, ela precisa ser constantemente repensada e modificada a partir da luta entre os diferentes segmentos sociais.

Por outro lado, o reconhecimento destas debilidades não pode negar as vitórias e qualidades das organizações que batalham para destruir a exploração advinda do sistema capitalista. Estas também devem ser explicitadas com a finalidade de motivar os explorados a se engajam nos movimentos populares e ajudarem na intensificação do seu poder de resistência.

A percepção tanto dos pontos positivos quanto negativos destes movimentos beneficia um comprometimento sério e consciente da árdua e ampla luta que eles devem travar contra a opressão e reduz a crença de muitos de que basta aguardar passivamente pela atuação paternalista de sua "organização perfeita" para que as atrocidades do capitalismo comecem a ser abaladas. Deste modo, as entidades populares que agem de forma autoritária e assistencialista passam a ser questionadas.

Estas memórias sobre os limites e avanços dos segmentos populares e seus movimentos dentro da sociedade capitalista e também do socialismo real devem ser trabalhadas não com um conhecimento pronto e

36. cf. p. 25 a 27.

acabado sobre um passado morto e útil apenas para ser contemplado. Elas precisam ser estudadas através de um método crítico e dialético. Isto é, as várias experiências históricas vivenciadas pelos oprimidos devem ser mediadas e comparadas aos problemas do presente com o objetivo de atingir uma compreensão profunda dos diferentes aspectos da atual realidade das classes dominadas. Uma compreensão que destrua os mitos e lendas criados para explicar de forma dogmática esta realidade e que permita, assim, que as lutas contra as diversas e mutáveis formas de exploração e opressão sejam repensadas, reorganizadas, renovadas e, conseqüentemente, fortalecidas.

"...A história do movimento operário enquanto praxis, quer dizer laboratórios de experiências, de derrotas e sucessos, campo de elaboração teórica e estratégica, onde se impõe rigor e exame crítico para fixar a realidade histórica e em consequência descobrir suas potencialidades ocultas, para inventar e, portanto, inovar a partir de um momento histórico percebido como experiência."³⁷

Como relata Georges Haupt, esta utilização da memória popular (matéria-prima para a produção historiográfica) baseada em seu exame crítico e não em sua manipulação³⁸ já era efetuada com muitas dificuldades desde o século XIX por alguns historiadores militantes no movimento operário.

"...Um tal conceito da história operária engajado e crítico porque se quer militante e não piedoso exercício de hagiografia destinado a perpetuar as convenções admitidas não durou muito. (...) Somente alguns historiadores isolados, altamente qualificados, de uma envergadura e de uma cultura científica excepcionais, tais como Arthur Rosenberg (...) vão seguir o caminho ingrato do velho mestre (Franz Mehring) e atacar os mitos consagrados, erigidos em dogmas e perpetuados por poderosos aparelhos ideológicos."³⁹

Durante a pesquisa realizada junto a certas entidades populares de Uberlândia, a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴⁰, a Associação de Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário também demonstraram,

37. Georges HAUPT, Por que a História do Movimento Operário?, in: Revista Brasileira de História, Vol. 1, nº10, p.223

38. cf. p. 34 a 40

39. Georges HAUPT, Por que a História do Movimento Operário?, in: Revista Brasileira da História, Vol. 5, nº 10, p. 217.

40. Logo após a realização da pesquisa na CPT/Setor do Triângulo Minei

através de seus "dirigentes", o interesse em preservar, analisar e divulgar a sua memória desta maneira libertadora. Elas acreditam que isto poderia ajudá-las no planejamento e encaminhamento dinâmico e democrático de suas propostas políticas e atividades cotidianas: atuação junto a sua categoria e não para ela, com o objetivo de desenvolver a compreensão crítica da sociedade onde está inserida e incentivar e fortalecer a sua organização coletiva, autônoma e combativa; realização de lutas mais corporativistas em busca de terra, de melhores condições de trabalho no campo e na cidade, de melhorias nos serviços urbanos e na infra-estrutura do bairro; articulação com outras entidades populares autônticas para, a partir das ações corporativistas, estimular movimentos mais amplos de transformação da sociedade.

Apesar destes objetivos não determinarem por completo a utilização dada por estas entidades à memória popular⁴¹, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, a mudança dos seus objetivos modificou também a forma dele lidar com sua memória. De 1982 a 1986, quando ele ainda era uma Associação dirigida por pelegos que tinham a única finalidade de abafar e tirar o espaço de atuação de um grupo de costureiras que estavam se organizando para lutar contra a exploração que sofriam nas indústrias de vestuário, não houve muita preocupação de registrar e preservar os acontecimentos relativos à entidade e sua categoria. Somente no final deste período, é que a Diretoria ligada aos interesses patronais, antes de entregar a Associação aos trabalhadores combativos que conseguiram derrubar o peleguismo, produziu e divulgou alguns documentos. Documentos contábeis que criaram uma considerável dívida fictícia, a qual precisou ser paga pelos novos dirigentes da entidade preocupados com os anseios de sua categoria e não dos patrões⁴². Enfim, enquanto o "Sindicato do Vestuário" era pelego, a sua

iro com sede em Uberlândia, ela foi extinta devido à problemas internos e à pressões da ala conservadora da Igreja.

No entanto, os seus participantes não abandonaram a luta e fundaram a APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural. Felizmente, esta "nova" entidade não descartou a memória da antiga CPT; tornando-se responsável pelos seus arquivos, e continuando preocupada com a sua preservação, organização e socialização.

41.cf. p. 21

42.informação fornecida pela presidente do "Sindicato do Vestuário" - Maria de Fátima Lucena, em entrevista realizada em novembro de 1989.

memória foi desprezada ou, quando muito, manipulada para dificultar a ação daqueles que ameaçavam o poder das indústrias.

Hoje, o atuante, autônomo, democrático e combativo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, assim como a CPT e a "Associação do Bairro Santa Rosa", procura, apesar de muitas deficiências, resgatar, conservar e socializar a sua memória sem falsificação ou manipulação.

Estas entidades guardam registros elaborados e recolhidos desde a sua origem não apenas para a finalidade de atender às suas necessidades legais e burocráticas como fazem os documentos textuais como o estatuto, fichas de filiados, documentos contábeis e outros. Elas guardam também registros fotográficos e audio-visuais que já são produzidos com a intenção de preservar e divulgar a sua memória.

Todo este acervo documental possibilita o conhecimento profundo e crítico tanto dos triunfos e qualidades, quanto dos limites e fracassos destas entidades em si, dos segmentos populares que as constituem, de suas experiências de exploração e resistência vivenciadas no contexto social mais amplo. Enfim, ele permite a recuperação da memória dos dominados confrontada com a memória dominante, sem ocultar seus problemas e contradições, sem forjar uma realidade harmônica como procura fazer o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários⁴³.

"...Para nós é fundamental guardar os acontecimentos nos mínimos detalhes (...). O que foi bom e o que foi ruim! O que não presta nós não queremos repetir, mas nós temos que levar em consideração (...). A partir da experiência que não deu certo, a gente pode avaliar e planejar o certo..."⁴⁴ (grifo meu)

Alguns arigos do boletim "O Tesourinha" publicado pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Vestuário desde aproximadamente 1988 são exemplos de como a preocupação de sua presidente vem sendo realizada.

"Você que acompanhou o processo de negociação, queremos informar como chegamos ao final (...). Tendo em vista que os patrões

43. cf. p. 28 a 31

44. entrevista gravada com Maria de Fátima Lucena - presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário de Uberlândia em novembro de 1989.

não queriam levar a sério as nossas reivindicações, boicotando as reuniões convocadas pelo Sindicato dos Trabalhadores, desrespeitando as decisões já tomadas entre as partes, só depois que entramos na justiça (...) é que conseguimos fazer valer o que já havíamos negociado.

Sabemos que as nossas conquistas não foram satisfatórias, pois o arrocho salarial, o aluguel e o custo de vida é uma crise nacional, embora não seja criada pelo trabalhador, mas somos nós que pagamos o pato. Só conseguiremos melhorar nossas condições de vida na medida em que o trabalhador começar a participar do Sindicato, sindicalizar e participar das organizações populares e políticas, aí sim, teremos força para conseguirmos o que merecemos." ⁴⁵ (grifos meus)

Esta notícia, além de mostrar o espírito democrático do Sindicato (convoca os trabalhadores para participarem ativamente de suas organizações ao invés de os incentivar a esperar e apoiar passivamente as ações de seus dirigentes como faz o Sindicato dos Bancários), comenta as suas vitórias; sem escamotear os limites e dificuldades encontrados não só no exterior do movimento (desrespeito dos patrões em relação às negociações com o Sindicato, crise econômica nacional), mas também no seu interior (deficiente mobilização dos trabalhadores). Isto se repete em outros "Tesourinha", onde são denunciados e analisados problemas corporativistas dos trabalhadores das indústrias do vestuário (más condições de trabalho, etc.) associados aos problemas sociais mais amplos (eleições presidenciais, Lei Orgânica Municipal, crise econômica, etc.), às lutas de outros segmentos populares e aos pontos positivos e negativos da própria entidade e suas atividades.

Outro fato que ajuda a CRT, a "Associação do Bairro Santa Rosa/Liberdade" e o "Sindicato do Vestuário" a concretizar o seu anseio de "guardar os acontecimentos nos mínimos detalhes" é a conservação feita por estas entidades tanto dos documentos que falam sobre as suas ações efetivadas (fotos, atas, etc.) quanto das que registram seus planos não efetuados (programa de ação das chapas que concorrem às eleições, projetos, etc.). A Diretoria da Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade, durante os anos de 1986 e 1987, confeccionou até relatórios anuais que fazem um síntese das suas conquistas, dificuldades e reivindicações ainda não alcançadas. A comparação e análises destas várias informações e documentos revela os a-

45. EDITORIAL, O Tesourinha, 1988.

vanços, recuos e conflitos do movimento, ajudando no seu planejamento presente, na sua redefinição.

Apesar do interesse e das experiências destas entidades populares para preservar e divulgar democraticamente a sua memória - a Comissão Pastoral da Terra até discutiu e definiu isto em uma de suas Assembléias no ano de 1987 - a efetivação de um processo de rememoração completo e eficiente é prejudicado pelos obstáculos políticos e materiais encontrados pelos movimentos populares em geral.⁴⁶

Mesmo assim, a Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade por se preocupar muito em desenvolver atividades culturais e de lazer (festas, teatros, olimpíadas, etc.), acreditando serem elas um meio de unir os segmentos populares e iniciar de modo sério, mas descontraído, a discussão dos seus problemas e da forma de resolvê-los, adotou um método muito interessante para conservar, organizar e transmitir sua memória - a PASTA ÁLBUM⁴⁷. Enquanto os seus documentos primários mais detalhados (correspondências, documentos contábeis, atas, etc.) estão razoavelmente agrupados em pastas e livros guardadeos em arquivos de aço e divididos por data, fundo e/ou natureza do documento, aqueles registros textuais (boletins, relatórios, programas de ação, etc.) e fotográficos que sintetizam as suas lutas, vitórias, fracassos e dificuldades estão organizados de forma lógica, fácil e agradável de pesquisar em pastas classificadoras. Através delas, as quais têm sido mantidas e ampliadas por todas as Diretorias que a Associação já teve, pode-se compreender pelo menos os acontecimentos básicos de fluxo e refluxo que o movimento viveu desde o seu início até hoje.

3.1. Construindo uma Identidade Libertadora

Esta valorização da memória popular baseada no amplo resgate das complexas relações sociais em que as classes dominadas estão envol

46. cf. Capítulo II - "As Dificuldades presentes na Preservação e Divulgação da Memória Popular".

47. O Sindicato Dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuário também estão tentando formar sua Pasta-Álbum. Porém, ela ainda está muito incompleta.

vidas - suas contradições, rupturas, avanços e recuos - constrói uma Identidade Libertadora entre os oprimidos. Uma identidade diferente da harmônica e conservadora criada pela rememoração que pretende demonstrar a origem perfeita ou a evolução linear de uma realidade e, a partir daí, perpetuá-la.⁴⁸

Quando a voz dos vencidos é ressuscitada, quando as condições de vida das classes dominadas são recuperadas e confrontadas com a memória oficial sobre uma sociedade, explicita-se as desavenças e divergências que a constituem. Por conseguinte, cria-se uma Identidade 'Classista, ou seja, uma identidade que mostra as diferenças e as relações de exploração, cooptação e resistência que existem entre as várias classes sociais. Destrói-se a idéia de um sistema social caracterizado por uma identidade única e coerente e desvenda-se as múltiplas e conflituosas identidades que o compõem.

"...Olhar a identidade sempre com essa qualidade contrastiva, característica básica do conceito, aquilo que faz com que eu me distinga do outro. Ou dos outros, isto é, sempre contrastando com o outro. Seria impossível, a meu ver, pensar identidade sem pensar alteridade, sem ter um contraste. E contraste que dever ser bastante explícito para que essa diversidade se torne perceptível ..."⁴⁹

Desta forma, desenvolve-se a consciência popular sobre a dominação vivida pela maioria da população que não detem os meios de produção material e cultural. Esta consciência permite que os oprimidos resistam ao processo de imposição da Ideologia Dominante e "pacificadora" feito através dos meios de comunicação de massa, das instituições de produção e transmissão do saber como a escola e de outros recursos. Quem está ciente das multiplicidades, contradições e mudanças sofridas pela sociedade tem mais referências para acreditar na possibilidade de transformá-la. Do contrário, o presente é visto como algo natural que

48. cf. p. 34-5.

49. Olympio SERRA, Questões de Identidade Cultural, in: Produzindo o Passado (estratégias de construção do patrimônio cultural), p. 97. Neste artigo, Olympio Serra discute e ressalta a diversidade de identidades existente entre as várias etnias - negros, índios, brancos, etc. - que compõem o Brasil. Mesmo assim, a sua fala foi citada para defender a identidade classista, pois parece claro que da mesma forma que há contrastes e diferenças entre as etnias, elas também ocorrem entre as classes sociais onde as várias etnias estão inseridas.

não pode ser modificado.

A percepção dos contrastes existentes entre as classes que constituem um sistema social (identidade classista) deve ser acompanhada pela percepção das contradições presentes no interior de um mesmo segmento popular, de sua identidade. Da mesma maneira que o sistema social não é homogêneo, coerente e eterno, as classes que o formam também não o são. Elas e suas organizações interagem com os problemas mais amplos da sociedade e suas complexidades e, a partir daí, sofrem mutações.

O antropólogo Olímpio Serra constatou nas suas pesquisas junto aos povos indígenas: "... Em determinadas circunstâncias, em determinados momentos, eles (os índios) assumiam (...) uma identidade, assumiam uma face. Em outras circunstâncias, assumiam outras. Ou, falando mais concretamente: eram índios quando aquilo lhes trazia alguma coisa positiva, eram brasileiros ou caboclos, ou caipiras, etc., quando aquilo também lhes trazia algum lucro..."⁵⁰

Assim, os oprimidos do passado e do presente podem se identificar através da descoberta de que cada um de seus movimentos vive ou viveu - mesmo que em circunstâncias e com características diferentes - divergências, lutas vitoriosas ou fracassadas. Quando um segmento popular verifica que ter problemas não é uma experiência única e exclusiva, ele adquire mais coragem para admitir, além das suas conquistas e qualidades, as suas derrotas e contradições. Enfim, ele se torna mais propenso a fazer autocríticas e modificar, se necessário, a sua prática.

O levantamento dos fracassos e dos limites experimentados pelas classes dominadas não pode servir para desanimá-las e desmobilizá-las. Ele deve ser feito para analisar como e porquê as lutas passadas destas classes não conseguiram vencer totalmente a extrema exploração exercida pela sociedade injusta e desigual onde elas estão inseridas. Esta análise pode revelar aos oprimidos o que eles precisam fazer de

50. Olympio SERRA, Questões de Identidade Cultural, in: Produzindo o Passado (estratégias de construção do patrimônio cultural), p. 102.

diferente para superar os problemas que as suas batalhas anteriores não puderam superar e também os novos problemas. Assim, ela ajuda a acirrar o ódio dos vencidos e a aumentar a sua vontade e as suas condições para romper com a dominação que a tanto tempo veêm sofrendo.⁵¹

A constatação de que todos os oprimidos e suas organizações passam ou já passaram por dificuldades precisa ser discutida com cuidado para impedir que ela gere acomodação, ou seja, que ela suscite o sentimento de que "como há situações piores que a minha, eu devo me conformar e me satisfazer com o que eu tenho; não devo ousar querer mais, não preciso pensar em mudar". Ela deve ser utilizada para mostrar aos segmentos populares e suas entidades que, respeitando as diferenças, eles têm com quem se unir, têm de onde tirar exemplos de diversas estratégias de resistência, as quais podem ajudá-los a lutar com mais força e consciência contra a sua exploração.

"...Muitas vezes, não somos capazes de nos organizar, de chegar a um acordo para enfrentar nossa realidade e mudá-la pelo fato de, entre nós mesmos estarmos 'sem comunicação' e 'desinformados'.

Cremos que nossos problemas são individuais, não nos damos conta de que problemas todos temos.

Cremos poder resolver os problemas sozinhos, individualmente; não percebemos que unicamente todos juntos é que poderemos resolvê-los.

Cremos que os problemas não têm solução e que devemos nos resignar; não atinamos que compartilhando nossos problemas e trazendo cada um suas próprias idéias, seus conhecimentos, suas experiências, iremos encontrar a maneira de enfrentar a situação e de ser ativos protagonistas da solução e mudança ..."⁵²

O Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade também destacou como a memória do movimento pode criar uma identidade entre os seus filiados, motivar a sua participação e ajudar no repensar de suas ações.

"...Acho muito importante o passado do movimento, principalmente em registro, senão para dizer que ele realmente é vital.(...) Pa

51. Sobre esta idéia de utilizar a memória dos vencidos para libertar os vencidos do passado e do presente, V. Sobre o Conceito da História de Walter Benjamin e Memória e Libertação de Jeanne Marie Gagnebin.

52. Comissão Evangélica Latino-americana de Educação Cristã (CELADEC), Como se Organiza um Centro Popular de Documentação e Comunicação, p. 05.

ra os novos associados, conhecer o passado sempre funciona como um estímulo (...). A pessoa vai começar a se apaixonar pelo movimento a partir deste registro. Estimula a pessoa a ter contato maior e de se envolver na luta, pois ela vê que são pessoas simples que participaram. Talvez o seu próprio vizinho já tem um registro de algum acontecimento na nossa comunidade (...).

A preservação da memória funciona também como um norteamento nas futuras decisões, visto que são parâmetros dentro da história que direcionam os nossos encaminhamentos, quando de novas diretorias, quando de novas pessoas que assumem a luta..."⁵³

As antigas lutas populares vitoriosas ou não representam um valioso auxílio para o planejamento dos recentes movimentos das classes dominadas. Através delas, pode-se refletir sobre quais as formas de ação mais apropriadas para cada momento da resistência; pode-se descobrir o que vale ou não a pena fazer no combate contra a opressão. Enfim, a partir destas experiências passadas, os movimentos populares podem aprofundar o conhecimento crítico dos seus problemas atuais e, assim, descobrir, inovar e inventar a sua maneira de agir. Isto evita que cada novo movimento comece a atuar do nada, emperrando-se em dificuldades que, às vezes, já foram contornadas anteriormente por outras organizações.

"...Não existe um esquema prévio válido uma vez por todas, nem guia infalível para lhe mostrar (ao proletariado) as vias sobre as quais ele deve se engajar. Ele só tem um mestre, a experiência histórica. O caminho árduo de sua libertação não é só pavimentado de sofrimentos sem marcas, mas também de erros inumeráveis. (...) Sua libertação, ele atingirá, se souber tirar a lição de seus próprios erros..."⁵⁴

Esta identidade alicerçada no reconhecimento de diferenças, rupturas, fluxos e refluxos, triunfos e fracassos apresenta-se como libertadora, porque ao desvendar tanto as qualidades e aspectos positivos de uma realidade histórica (seja ela um sistema social mais amplo ou o interior de um segmento popular que está inserido neste sistema) quanto as suas contradições e debilidades, ela mostra o que pode ser modificado, o que deve ser repensado, ao invés de incentivar a sua per

⁵³ Entrevista gravada com Alberto Rubens Arantes Mendonça no dia 28 de novembro de 1989.

⁵⁴ Rosa LUXEMBURG, La Crise de la social-démocratie, citado segundo Georges Haupt, Por que a História do Movimento Operário?, Revista Brasileira de História Vol. 5, nº10, p.224.

petuação.

Ela é edificada, através do resgate e preservação de memórias, não com o objetivo primordial de transmitirem um perfil grandioso do presente para o futuro como o fazem as classes dominantes de todos os tempos e espaços históricos: "...Nas sucessivas gerações sempre houve preocupação em se perpetuar a memória de elementos considerados importantes. (...) Entre os povos semitas, por exemplo, os hebreus desejavam intensamente manter a continuidade de seu patrimônio ético espiritual. (...) Os rituais religiosos visavam a preservar vivos seus princípios de vida espiritual. (...) As gerações modernas têm procedido de modo semelhante, (...) obviamente através de formas mais sofisticadas. Temos os registros oficiais em cartórios, fundamos placas comemorativas; (...) enterramos urnas onde lacramos produtos de nossa tecnologia para que as gerações em futuro longínquo saibam de nossas conquistas dessa natureza."⁵⁵

Ao contrário disso, a identidade libertadora tem a capacidade de promover um profundo, crítico e dialético conhecimento do real e, a partir daí, motivar e subsidiar uma ação presente dinâmica, auto-crítica e transformadora entre os oprimidos. Movimentos populares não apenas corporativistas, que tenham coragem de trabalhar os seus problemas e diferenças internas, que acompanhem as mudanças de necessidade e interesse de seus membros e, assim, avancem na luta contra as várias brutalidades exercidas pelo capitalismo e pelo socialismo real sob os segmentos que não têm acesso direto aos poderes políticos e econômicos destas sociedades. Uma ação cotidiana e coletiva que, mediada por complexas relações sociais de exploração e resistência, vá planejando, re-fazendo e concretizando um projeto de sociedade mais humana, justa e democrática que liberte os vencidos de ontem e de hoje e dê vida a um novo homem capaz de lidar com os novos conflitos e divergências que com certeza irão surgir em uma organização social, política, econômica e culturalmente diferente.

Enfim, a Identidade Libertadora, ao invés de perpetuar-se co

55. Gerson Soares VEIGA, A Importância da Memória, in: O Grande ABC-Memória em Movimento, p.04.

mo se fosse a verdadeira e eterna identidade de uma classe, dá base para a criação de novos mundos e identidades, acompanhando e ajudando as mudanças sociais.

3.2. Outras Maneiras de Conceber a Memória

Dentre as correntes de pensamento que acreditam na transformação do real, além da que usa a memória para construir uma Identidade Libertadora, há outras que a utilizam com objetivos e métodos diferentes.

Há aquela que recupera as lembranças do passado para demonstrar que a humanidade está evoluindo e, portanto, as injustiças do presente serão naturalmente superadas no futuro. Ou seja, ela deseja viver em um mundo diferente do atual, porém, ao invés de lutar para criá-lo no próprio presente, rompendo com a ordem social vigente como pretende a identidade libertadora, ela aguarda pelo progresso automático da humanidade que se completará num tempo ainda vindouro.

"...Vamos denominá-los de homens históricos; o olhar ao passado os impele ao futuro, inflama seu ânimo a ainda por mais tempo concorrer com a vida, acende a esperança de que a justiça ainda vem, de que a felicidade está atrás da montanha em cuja direção eles caminham. Esses homens históricos acreditam que os sentidos da existência, no decorrer do seu processo, virá cada vez mais à luz; eles só olham para trás para, na consideração do processo até agora, entenderem o presente e aprenderem a desejar com mais veemência o futuro. Não sabem quão a-historicamente a despeito de toda a sua história, eles pensam e agem..."⁵⁶

Esses homens que esperam por uma vida melhor sem agir para concretizá-la no presente, são atropelados pela história. Isto é, eles vivenciam fatos que mudam drasticamente o rumo da história, impedindo a sua evolução linear e afastando-a daquele futuro previamente previsto.

Isto aconteceu com os movimentos de esquerda que acreditavam que o desenvolvimento máximo do conflito entre capital e trabalho acarretaria a auto-destruição do capitalismo e a sua transição natural para o socialismo e, posteriormente, para o comunismo. Para acelerar este processo, eles se uniram à burguesia, pensando estarem colaboran -

56. Friedrich NIETZSCHE, Da Utilidade e Desvantagens da História para a Vida, in: Obras Incompletas, Vol. II, p.23.

do para a derrocada final do sistema capitalista. No entanto, o que eles presenciaram foi a reorganização deste sistema que superou as suas crises, fortalecendo-se, renovando-se, ao invés de se auto-destruir. Assim, aconteceu com os países do "Primeiro Mundo" como os EUA que quanto mais se desenvolviam, mais incrementavam o seu poder e mais distantes ficavam do sonho comunista, deixando os "evolucionistas" perplexos e inoperantes.⁵⁷

Do mesmo modo, aqueles que apostavam que o socialismo instaurado no leste europeu iria caminhar inercialmente para o comunismo (sociedade perfeita, sem classes sociais e sem Estado) e se espalhar por todo o planeta, estão hoje assistindo indignados à reestruturação interna e aos fluxos e refluxos deste regime ainda socialista.

Inversamente a esta visão evolucionista, existem análises históricas que reconhecem que a humanidade não segue uma trajetória linear e progressiva, mas vive sim intermináveis acidentes, inversões, rupturas, contradições, multiplicidades, as quais não permitem a construção de uma história contínua, harmônica e coerente que tenha um ponto final. Um exemplo disto é a "genealogia" desenvolvida pelo francês Michel Foucault:

"...A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade (...), sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passar na dispersão que lhe é própria: é de marcar os acidentes, os ínfimos desvios - ou ao contrário as inversões completas - os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós (...).

A humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, em que as regras substituíram para sempre a guerra; ela instala cada uma de suas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação (...). As diferentes emergências que se podem demarcar

57. No escrito "Sobre o Conceito da História", em especial na sua tese 13, Walter Benjamin discute e critica esta postura evolucionista dos social-democratas alemães. Cf. Walter BENJAMIN, Obras Escolhidas Vol. I: Magia e Técnica, Arte e Política, p. 222-32.

não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamentos, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas..."⁵⁸ (grifos meus)

A genealogia é tão radical na percepção das diferenças, heterogeneidades e desvios presentes no acontecer social que ela nega totalmente a possibilidade da memória criar uma identidade entre os homens ou até mesmo entre um único segmento social. Assim, ela faz da história uma contra-memória, a qual tem o objetivo de destruir qualquer ilusão de identidade, de referência ou reconhecimento que exista entre o presente e o passado.

"...A história 'efetiva' se distinguiu daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada do homem - nem mesmo seu corpo - é bastante fixo para compreender 'outros homens e se reconhecer neles. (...) É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa 'reencontrar' e sobretudo não significa 'reencontrar-nos'. A história será 'efetiva' na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. (...) Se a genealogia coloca (...) a questão do solo que nos viu nascer, da língua que falamos ou das leis que nos regem, é para clarificar os sistemas heterogêneos que, sob a máscara de nosso eu, nos proibem toda identidade..."⁵⁹ (grifos meus).

Isto ocorre, porque a genealogia considera a identidade como sendo sempre resultado de uma memória que acredita na evolução ou na continuidade entre os tempos já idos e os atuais.⁶⁰

Realmente, esta identidade oculta as pluralidades, os deslocamentos e as discordâncias que permeiam a história "efetiva". A partir daí, ela gera uma fidelidade entre o passado e o presente, o qual tenta impedir a crença na mudança extrema do rumo histórico, inibindo a vontade de criar e inovar e tornando-se, portanto, conservadora.

No entanto, pode-se construir também uma identidade não homogenizadora ou harmônica, baseada na constatação tanto de vitórias e avanços, quanto de falhas e rupturas.⁶¹ Uma identidade que recuse o pro-

58. Michel FOUCAULT, Nietzsche, a Genealogia e a História, in: Microfísica do Poder, p. 21 e 25-6.

59. *ibid*, p.27 e 35

60. *cf.* p. 34-5

61. *cf.* p. 46 a 52.

gresso natural da humanidade e que não acomode os homens, mas auxilie e incentive a sua ação transformadora.

Enfim, ao invés de descartar a identidade, é possível trabalhar com a memória para criar uma Identidade Libertadora e não conseradora.

Além desta análise foucaultiana que rejeita a identidade, há aquela que acredita que o esquecimento do passado e a concentração exclusiva em um projeto futuro é o único meio capaz de negar o presente e modificá-lo.

Nietzsche - em quem Foucault se baseou para propor a genealogia - chega a defender isto em seu texto "Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida". Ele argumenta que o estudo profundo do passado, ao recuperar as atrocidades e desumanidades acontecidas, desilude o homem, mostra como é difícil criar um mundo melhor que o atual e, portanto, destrói sua crença na transformação e o acomoda, tornando-o conformado com a ordem social vigente.⁶²

"...todo agir requer esquecimento: assim como a vida de tudo o que é orgânico requer não somente luz, mas também escuro (...)

A consideração amarga e profundamente séria sobre o desvalor de todo o acontecido sobre o estar-maduro-para o julgamento do mundo, liquefez-se na consciência cética de que, em todo caso, é bom saber todo o acontecido, porque é tarde demais para fazer algo melhor. Assim, o sentido histórico torna seus servidores passivos e retrospectivos; e quase que somente por esquecimento momentâneo, precisamente na intermitência desse sentido, o doente de febre histórica se torna ativo, para, tão logo, a ação tenha passado, dissecar o ato, impedir por meio da consideração analítica e continuação de seu efeito e, finalmente, ressequi-lo em 'história'."⁶³ (grifos meus)

Realmente, como propõe Nietzsche, para mudar o real é preciso negar o presente, ou seja, é preciso romper com as leis, fixações, constâncias; enfim, com os "assim é" da história. Só assim o conformismo e a acomodação acabarão, abrindo espaço para a efetivação de um futuro diferente.

62. cf. p. 25-7.

63. Friedrich NIETZSCHE, Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida, in: Obras Incompletas Vol. II, p. 22 e 31

"...Por felicidade, (...) ela (a história) guarda também a memória dos grandes que combateram contra a história, isto é, contra a potência cega do efetivo, e coloca a si mesma no cadafalso, ao destacar precisamente aqueles com as naturezas propriamente históricas, que pouco se afligem com o 'assim é', para, em vez disso, com sereno orgulho, seguirem seu 'assim deve ser'." ⁶⁴

Porém para fazer isto, enterrar as injustiças passadas como sugere Nietzsche não resolve, pois como a vontade e as condições para inventar e efetuar o novo podem surgir sem ser através de referências em experiências, positivas ou não, já realizadas? Referências baseadas na Identidade Libertadora construída a partir do estudo crítico, profundo e amplo dos triunfos e fracassos de tempos remotos ou recentes.

"...É inútil (...) reprimir o nosso passado e condená-lo a viver no subsolo histórico; a vida subterrânea o fortalece, e periodicamente reaparece em forma de explosão e estouro destruidor. Assim se vingam quer da ingenuidade, quer da hipocrisia ou da estupidéz daqueles que pretenderam enterrá-lo em vida. Precisamos no mear o nosso passado, encontrar formas políticas e jurídicas que o integrem e o transformem em força criadora. Só assim começaremos a ser livres." ⁶⁵ - (grifo meu)

Portanto, o que se deve fazer para propor alternativas e transformar a ordem vigente não é esquecer as memórias do passado. Ao contrário, deve-se confrontar e utilizar todas as suas multiplicidades e contradições de forma revolucionária; não como o fazem as histórias que usam a memória para justificar o presente ⁶⁶, mas sim como o fazem as histórias que a aproveitam como instrumento de libertação dos oprimidos. ⁶⁷

4. A FARSA DA MEMÓRIA NACIONAL

A maioria das entidades populares de Uberlândia investigadas

64. Friedrich NIETZSCHE, Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida, in: Obras Incompletas Vol. II, p. 33

65. Octávio PAZ, O Ogro Político (História e Política: 1971-1978), p. 295.

66. cf. p. 25 a 40.

67. cf. p. 40 a 52.

não veem na memória mais ampla da sociedade - a memória não só de um segmento popular e sua organização, mas da relação entre todas as classes que constituem a ordem social vigente no país - da mesma forma que elas veem a sua própria memória. Isto comprova que o processo de rememoração não é algo único e harmônico.

As entidades populares como o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e a Associação dos Moradores do Bairro Patrimônio, as quais visam apenas lutas corporativistas para aprimorar as condições de vida e trabalho de sua categoria, não pretendem lutar pela transformação maior da realidade e, portanto, não sentem necessidade de lidar com a memória mais ampla da sociedade.

Por outro lado, há entidades que, além de reivindicarem melhorias para o seu segmento popular em particular, também desejam, através de uma atuação conciliatória como o CEC ou através de ações combativas e autônomas como o FEP, CPT, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário e a Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade, lutar em prol das classes dominadas em geral. Assim, elas consideram que a recuperação da memória mais ampla da sociedade juntamente com a preservação da sua memória interna pode ajudar na realização destes seus objetivos políticos.

Contudo, todos estes movimentos - tanto aqueles (CEC) que usam sua memória para justificar sua atuação presente, querendo ocultar suas dificuldades e derrotas; quanto aqueles que a utilizam para se autocriticarem e se transformarem caso seja necessário, explicitando suas vitórias e também seus conflitos e limites internos (CPT, "Sindicato do Vestuário" e "Associação do Bairro Santa Rosa II/Liberdade"); além daqueles que ainda não se deteram muito neste assunto (FEP) - acreditam que essa memória social mais ampla que pode servir como subsídio para sua ação transformadora deve ser resgatada em forma de memória nacional. Isto é, ao se recuperar os vários e distintos acontecimentos passados do Brasil é preciso ter a preocupação principal de destruir a interferência da cultura estrangeira e colonial sobre a nossa cultura genuína. A partir daí, é possível favorecer o rompimento com a dominação externa sofrida pela "população brasileira" e originária dos países capitalistas do "Primeiro Mundo"; descobrir e desenvolver alternativas capazes de incrementar autonomamente a economia, cultura, a tec-

nologia local, modificando o nosso país e contruindo a verdadeira Independência e Identidade Nacional.

"...o estabelecimento da memória e a vontade de uma idéia, da formação de uma consciência em relação ao nosso conhecimento, ao nosso saber, está voltada, sem dúvida alguma, para a busca da independência nacional, para o aperfeiçoamento de um desenho nacional que possa, na prática, reproduzir através do conhecimento por essa consciência, valores reais de riqueza objetiva capazes realmente, de fazer o país progredir (...) de tal sorte que no plano de ensino, no plano de benefícios materiais, a população pudesse voltar, com esperanças, à idéia de que está construindo o seu mundo (...), o seu habitat de forma peculiar, ou seja, de forma a contribuir para desmanchar um impasse realmente universal onde já se aprendeu que estas questões não podem ser dirigidas de fontes detentoras do poder (...) vindas de países dominantes ..."⁶⁸
(grifos meus)

Na emenda popular ao projeto de Lei Orgânica do Município de Uberlândia relativa à cultura, esporte e lazer e assinada por entidades como o FEP, CEC, CPT, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário e "Associação de Moradores do Bairro Santa Rosa", os artigos reservados à cultura expressam com clareza este objetivo de socializar, democratizar a cultura e a memória nacional, principalmente, para os extratos mais pobres da população do país.

" Art. 1º - (...) Cabe ao Estado proteger, ampliar e desenvolver por todos os meios ao seu alcance a preservação do crescimento e a difusão da cultura, que pressupõe políticas e programas de apoio e de promoção diretas e indiretas ao talento criativo e a coletividade e pressupõe o fortalecimento da identidade nacional, a defesa de nossa memória histórica e o aumento crescente da autonomia cultural da nação."⁶⁹ (grifo meu)

Assim como quando o presidente da Associação do Bairro Patriômio diz crer na existência de uma "História Uberlandense"⁷⁰, quando o movimento popular defende a "nossa memória histórica" em detrimento de uma cultura estrangeira e imposta, eles parecem confiar em relações sociais homogêneas e harmônicas dentro de uma cidade ou de um país,

68. Paulo Mendes ROCHA, A Casa das Retortas, in: Produzindo o Passado (estratégias de construção do patrimônio histórico cultural), p. 177

69. PROPOSTA Popular de Emenda ao Projeto de Lei Orgânica do Município de Uberlândia, "Emendas sobre Cultura, Lazer e Esporte", 1989

70. cf. p. 22-3.

situando os conflitos apenas no seu exterior - no confronto entre as nações dominantes do Primeiro Mundo e o Brasil (nação dominada).

Desta forma, torna-se até perigoso difundir a cultura construída e preservada a partir destes pressupostos nacionalistas, pois para efetivá-los é preciso esconder as divergências e diferenças igualmente existentes entre as classes sociais que constituem as complexas relações internas do país, estado ou cidade. Como consequência, procura-se ocultar também a presença de múltiplas memórias e identidades - algumas dominantes, outras oprimidas - dentro de uma mesma sociedade. Só estas manipulações podem manter a farsa da memória e da identidade nacional.

Adalberto Marson exemplifica com muita propriedade como é impossível resgatar uma memória nacional. Ele mostra que, enquanto para a classe detentora dos meios de produção a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República significam momentos cruciais na História do Brasil, para as classes trabalhadoras, principalmente para os negros, estes fatos não têm muita importância, pois eles não eliminaram a exploração e a miséria que eles já viviam. Ou seja, cada classe social, de acordo com seus interesses e necessidades, memoriza e valoriza acontecimentos passados diferentes.

"...Na perspectiva dos trabalhadores do campo e da cidade, o 13 de maio (Abolição da Escravatura) e o 15 de novembro (Proclamação da República) pouco ou nada significam. (...) Quando se põe a unidade Abolição/República em contraposição à unidade Escravidão/Monarquia repete-se, num primeiro instante, a própria fala dominante, com todo o compromisso da idéia de Progresso e cisão do tempo em 'etapas'; num segundo instante, arranja-se uma explicação científica baseada em diferenças aparentes, que divide a história em duas temporalidades fechadas em si (...) Comumente esta é pensada assim: em torno de 1888, anuncia-se o tempo da Revolução Burguesa no Brasil (...), uma vez que agora o capitalismo é real e visível na existência adequada (...) da categoria do trabalho assalariado. Precisaria destacar que tal visão da história é o próprio capital pensado historicamente, com sua racionalidade baseada no lucro, na produtividade, na eficácia e no mercado?

(...) Nitidamente o corte do tempo no 13 de maio carrega um duplo significado (cada um, realmente, diferente): para os negros, nada; para o senhor proprietário, oportunidades de lucro..."

71. Adalberto MARSON, Reflexões sobre o procedimento histórico, in: Repensando a História, p. 61-3.

Portanto, pode-se concluir que a proposta das entidades populares de divulgar amplamente a memória e a cultura nacionais não beneficia muito o seu objetivo principal de transformar a sociedade capitalista e exploradora da maioria. Ela ajuda sim a manter o sistema social como ele se encontra, pois ela escamoteia as contradições e heterogeneidades que permeiam as relações sociais, forjando uma Identidade Nacional e harmônica.

Tanto é assim que esta proposta coincide muito com o discurso das classes dominantes sobre a importância da preservação da memória, o qual é proclamado principalmente pelo poder público:

"...A história é o ponto de referência na construção da identidade de um país..."⁷²

Da mesma forma que a Secretaria Municipal acredita na possibilidade de se construir uma só identidade para todo o país, os fundadores do Arquivo Público Municipal de Uberlândia também parecem crer que o APMU pode revelar a toda a população de Uberlândia a sua verdadeira e homogênea história, personalidade e tradição. Ou seja, eles têm a intenção de fazer com que a memória da administração pública (Fundos da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Uberlândia organizados no Arquivo) e de setores da classe dominante da cidade e região (Acervo Histórico Jerônimo Arantes também presente no APMU) transforme-se na memória única e absoluta de Uberlândia como se não existissem outras memórias, de outros grupos sociais distantes do poder político e econômico, as quais explicitam as múltiplas e conflituosas identidades da cidade.

"...Há razões bastante fortes que fundamentam esta iniciativa (a criação do APMU): uma delas é franquear o acesso a documentos que marcaram e marcarão a vida pública e social de Uberlândia, propiciando a seus munícipes o direito de preservar sua identidade. (...) Compartilhar com ela (comunidade) a riqueza científico-cultural que traz o Arquivo Público Municipal de Uberlândia, que tem por finalidade se tornar muito mais que uma organização administrativa para ser uma unidade social com inúmeras possibilidades de desvendar a nossa própria história." ⁷³ (grifo meu)

72. entrevista realizada em julho de 1989 com a Profª Terezinha Aparecida Magalhães de Lima - atual Secretária de Cultura de Uberlândia.

73. Iolanda de Lima FREITAS, Apresentação do Folder "Arquivo Público Municipal, 12.08.88.

"...queremos que esse novo espaço agora aberto (APMU) se transforme num grande centro de pesquisa, onde a nossa história verdadeira possa ser mostrada..."⁷⁴ (grifo meu)

Estas idéias foram ratificadas pelo poder legislativo municipal no seu Projeto de Lei Orgânica Municipal.

"Art. 188 - O Poder Público garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais, para o que incentivará, valorizará e difundirá as manifestações culturais da comunidade brasileira, mineira e especialmente uberlandense..."⁷⁵ (grifo meu)

Como se pode notar novamente fala-se sobre comunidade brasileira e uberlandense em geral, não especificando suas diferentes classes sociais e divergências.

É possível que as entidades populares tenham realizado uma discussão superficial e, portanto, cometido um equívoco no momento em que elaboraram a emenda que defende o resgate e a divulgação de uma cultura e de uma memória nacional. Concluir isto não é difícil, quando se observa que nos jornais, boletins, manifestos, assembléias e ações destas entidades existe uma percepção clara da existência de conflitos materiais, sociais, políticos e culturais não só a nível externo, mas também no interior do país. Ou seja, elas trabalham com a perspectiva aqui defendida: para libertar os oprimidos não basta destruir a exploração internacional e conquistar a autonomia cultural, política e econômica do país; é necessário também lutar contra a exploração interna, contra a ideologia dominante, contra a manipulação da memória; é preciso desvendar a luta de classes, a coexistência não pacífica de diferentes interesses, condições de vida, identidades e memórias.

74. Zaire Rezende, Foldier Arquivo Público Municipal, 12.08.88

75. PROJETO de Lei Orgânica Municipal. O Município: órgão oficial do Município de Uberlândia. 06/01/1990, p.09

Capítulo II

UMA PROPOSTA DE RESGATE E UTILIZAÇÃO DA MEMÓRIA POPULAR

"...Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. Inspirando-se em Ranger (1977), que denunciou a subordinação da antropologia africana tradicional às fontes 'elitistas' e nomeadamente às 'genealogias' manipuladas pelos clãs dominantes, Triulzi (...) desejou o recurso, na África, como na Europa (...) 'a todo aquele vasto complexo de conhecimentos não oficiais, não institucionalizados (...) e que de algum modo representam a consciência coletiva de grupos inteiros (...) ou de indivíduos(...), contrapondo-se a um conhecimento privatizado e monopolizado por grupos precisos em defesa de interesses constituídos'.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sir - va para a libertação e não para a servidão dos homens."¹ (grifo meu)

Para além do que Le Goff propõe, não só os "profissionais científicos da memória", mas também todas as pessoas envolvidas com a luta popular, ou seja, com a luta das classes dominadas da sociedade capitalista e do socialismo real, devem trabalhar para resgatar e utilizar a memória popular como instrumento de libertação dos oprimidos, desmascarando a Ideologia Dominante e criando uma Identidade Libertadora que incentive a transformação da sociedade e a construção de um futuro diferente.²

1. A EXPERIÊNCIA DO CDP

Em Uberlândia, já existem algumas entidades populares que tentam realizar este importante trabalho. Além da Comissão Pastoral da Terra, da Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuária de Uberlândia - já analisados no primeiro capítulo - o CDP (Cen -

1. Jacques LE GOFF, Memória, in: Memória-história, p. 47

2. cf. Capítulo I, Subtítulo 3, p. 40 a 56.

tro de Documentação, Formação e Assessoria Popular) vem desenvolvendo, com cada vez mais afinco, atividades relacionadas diretamente ao resgate, divulgação e discussão da memória popular como "instrumento de libertação dos oprimidos".

O CDP surgiu em 1985 dentro do Núcleo de Ciências Sociais do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. Sua origem foi um desmembramento do trabalho de pesquisa de alguns alunos e professores que sentiram a carência de fontes de pesquisa preservadas e organizadas para o estudo e a análise de movimentos populares.

Com a intenção inicial de sanar esta necessidade, o CDP, motivado por uma ligação cada vez mais forte com os movimentos populares, foi crescendo, autocriticando-se, transformando-se, ampliando-se e tornando-se cada vez mais sólido e real.

"...O registro de nossa história e dos acontecimentos que nos envolvem no dia a dia tem uma importância muito grande para a organização sindical e popular. É através da História de nossas lutas que compreendemos nossos erros e acertos. Sabemos que os meios de comunicação de massa - pertencentes aos patrões e governos - não têm o interesse de divulgar e registrar a luta dos trabalhadores em geral. Por esse motivo, que se torna importante que o próprio movimento se responsabilize em registrar e divulgar a sua caminhada..."³ (grifo meu)

Mais do que auxiliar trabalhos de pesquisa, hoje, o CDP pretende formar e informar tanto os militantes de movimentos organizados, quanto toda a classe dominada de Uberlândia e região, ajudando-a a controlar e criticar o saber e a ideologia dominante, denunciando as distorções e manipulações que as instituições de produção e transmissão de saber pertencentes aos patrões e governantes fazem em relação à memória popular, lutando contra a exploração e expropriação do saber da maioria da população e, conseqüentemente, incentivando o resgate, o repensar e a criação coletiva e consciente de um conhecimento vinculado à prática e às necessidades populares.

Desta forma, o CDP deseja fortalecer não só as lutas imediatas por melhores salários, condições de vida e trabalho, mas também, e

3. A IMPORTÂNCIA do Arquivo e da Documentação na Organização dos Trabalhadores. Jornal do CDP, ano 00, nº 01, julho/89, p.02.

a partir daí, a construção e concretização de um Projeto Alternativo de sociedade que rompa com as injustiças da sociedade capitalista.

"... a Formação e Informação dos trabalhadores tem um peso fundamental e uma necessidade básica e estratégica que devem estar articuladas com o processo organizativo como um todo - não podemos estar à margem ou paralelo às lutas e as conquistas obtidas cotidianamente - rumo ao seu projeto histórico de uma sociedade Socialista e Democrática.

Nós, do Centro de Documentação Popular, queremos contribuir de fato na implementação deste Projeto..."⁴

Para efetivar estes objetivos, o CDP, desde o início de 1989, trabalha junto aos movimentos populares e não para eles. Ou seja, o CDP não funciona como uma entidade popular superior às outras, que domina a verdade absoluta. Não! Ele age de acordo com as demandas destas entidades, procurando construir com elas soluções para as suas carências e problemas.

O processo de discussão do Estatuto do CDP deixou este princípio de atuação bem claro. Na sua primeira versão, elaborada segundo o modelo de outros Centros, dizia-se no Capítulo da "Denominação, Sede e Finalidades":

"...estimular sobre todas as formas a criação e desenvolvimento de um pensamento crítico de forma geral à serviço dos trabalhadores ..." (grifo meu)⁵

Já na segunda versão, depois da discussão do estatuto entre os membros do CDP, decidiu-se regir tal item da seguinte forma:

"...estimular a criação e desenvolvimento de um pensamento crítico junto aos trabalhadores ..." ⁶

A substituição da expressão "à serviço dos" pela expressão "junto aos" confirma a intenção do CDP, em atuar com e não para os movimentos populares. No entanto, como o CDP também acredita que as classes oprimidas e suas organizações não são homogêneas e nem estão isentas de conflitos e contradições⁷, ele não trabalha igualmente com todos os segmentos populares. Ele privilegia os movimentos mais progres-

4. O PORQUÊ do CDP, Jornal do CDP, ano 01, nº 00, março/89, p. 01

5. CDP, Estatuto do CDP(projeto): Capítulo I, artigo 2º, item d, 1989, mimeografado.

6. *ibid.*

7. cf. Capítulo I, Subtítulo I, p. 20-1.

sistas, combativos e menos assistencialistas. Dentre estes, ele prioriza os movimentos sindicais ligados à CUT⁸, pois percebe que hoje, no Brasil, os trabalhadores representam a categoria que leva a frente à luta pela transformação social.

"...conseguimos produzir (...) um projeto e uma articulação que conseguiram eleger um candidato à Presidência da República no primeiro turno e com grandes possibilidades de vencer o segundo. A vitória desse candidato reflete (...) as mudanças pelas quais passam a sociedade brasileira.

O importante nesse processo é ressaltar que neste momento, os trabalhadores (...) estão sendo os sujeitos hegemônicos na condução deste processo de transformação ..." (grifo meu)

Mesmo assim, por estar ciente de que nem todos os oprimidos estão inseridos no mercado como "trabalhadores" e de que a ação exclusiva desta categoria não consegue modificar a sociedade, o CDP não despreza completamente outras entidades populares como associações de bairro, movimentos negros, feministas, grupos de cultura popular e até setores desorganizados das classes dominadas. Ele age junto a estes grupos através de ações culturais como Vídeo-Debate, festas, bloco carnavalesco, Biblioteca Popular, ajuda em eleições, etc.

São estes movimentos populares mais combativos e menos assistencialistas¹⁰ que sustentam financeira e materialmente as atividades do CDP. A antiga sede do Centro era emprestada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a atual sede e o telefone foram cedidos pelo Sindicato dos Empregados no Comércio. As máquinas e o operador da gráfica do CDP são emprestados pelo SINTTEL e pelo Sindicato dos Eletricitários. A televisão, o vídeo e a sala de projeção

8. O CDP está tão vinculado à CUT que ele até ajudou na formulação do "Programa Integrado de Formação Sindical da CUT-MG", o qual delineia de forma dinâmica e aberta uma das atividades que o CDP desenvolve e desenvolverá enquanto a CUT Regional não se tornar mais sólida e atuante.

9. CDP - Estatuto do CDP (projeto): Apresentação, 1989, mimeografado.

10. Até hoje as entidades que mais deram apoio financeiro e material ao CDP foram os Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, da Alimentação, da Telecomunicação, o Sindicato dos Eletricitários, as Associações dos Docentes e dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia, o Direitos Humanos, a CPT, o PCB.

são cedidos pelo SINTTEL quando necessário. O material para organização da Biblioteca Popular e do Arquivo do CDP foi comprado com o dinheiro doado pela ADUFU e assim por diante.

As atividades do CDP financiadas pelas entidades populares são desenvolvidas conforme as demandas destes movimentos levantadas no dia-a-dia e em reuniões específicas de planejamento semestral, onde tais entidades são chamadas a participar.¹¹ Concretamente, os movimentos populares opinam mais sobre a ação do CDP no seu contato diário com o Centro. Nas reuniões deliberativas de planejamento quem mais participa são os próprios membros do CDP. Isto não significa que o CDP está decidindo sozinho e distante das classes dominadas sobre a sua atuação, pois o que é planejado e realizado semestralmente é baseado no relacionamento cotidiano entre os movimentos populares e o CDP, quando se explicitam as várias carências e anseios destes movimentos.

Entre 1985 e 1989, todo este trabalho do CDP junto aos movimentos populares ocorria com muito menos intensidade, pois o Centro estava preso aos limites do ambiente universitário - local onde ele se originou.

Na Universidade, apenas alunos e professores podiam se envolver diretamente no projeto do CDP já que muitos dos membros das entidades populares não têm acesso ao ensino superior. Assim, os movimentos populares não se sentiam responsáveis pelo CDP, pois achavam que a Universidade o tutelava.

Por outro lado, a própria Universidade não fornecia estrutura de funcionamento adequada para o Centro, porque a sua minguada verba era dividida entre vários projetos de pesquisa, dentre os quais, até hoje, existem muitos que não têm o menor vínculo com o movimento social, mas apenas com um academicismo alheio à realidade.

Conseqüentemente, o CDP em 1989, desvinculou-se do atual Departamento de Filosofia da UFU, tornando o movimento popular mais res-

11. No projeto de estatuto do CDP, Capítulo IV, criou-se até um Conselho Deliberativo formado pelos membros do Centro e por dois representantes de cada entidade que financia o CDP, para definir a sua atuação.

ponsável pelo seu funcionamento, adquirindo infra-estrutura própria, ampliando seus participantes (não mais só alunos e professores universitários); enfim, democratizando-se.

Neste momento, o CDP deixou de se preocupar exclusivamente com o resgate e preservação da memória popular e tornou-se uma Centro de Apoio aos movimentos populares, dividindo-se em duas Comissões básicas e interligadas, responsáveis por encaminhar seus novos e mais amplos objetivos.

A Comissão de Formação tem sido composta espontaneamente por pessoas mais diretamente envolvidas com as organizações populares. Ela pretende divulgar e discutir assuntos diversos que auxiliem no crescimento e no repensar dos movimentos populares e na formação de militantes mais críticos e dispostos a construir um movimento democrático, com tivo, ao invés de um movimento assistencialista preocupado apenas com a luta por melhores salários e condições de trabalho.

Para isso, a Comissão de Formação vem subdividindo-se em diferentes núcleos. O Núcleo de Formadores Regional ajuda na construção de sindicatos e organizações populares ¹², assessora chapas com propostas combativas em eleições sindicais e de associações de bairro ¹³, a -

-
12. O CDP ajudou a elaborar a Carta de Princípios do Fórum de Entidades Populares, a qual foi amplamente debatida dentro do FEP, antes de ser aprovada.

Além disso, ele iniciou uma discussão junto com os trabalhadores de Postos de Gasolina, procurando auxiliá-los na formação não repentina de um Sindicato, mas embasada numa profunda análise da função e atuação do movimento sindical.

No entanto, a intenção do CDP de cooperar para a construção de um sindicato autônomo e ciente de seus objetivos foi atropelada por uma outra entidade que interferiu no processo e criou o Sindicato sem maior discussão, com um estatuto copiado de outros movimentos.

13. O CDP já participou em Uberlândia de campanhas eleitorais no Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Telecomunicação, Operações de Mesas Telefônicas (SINTEL), no Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias em Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico, no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e de Imobiliárias, na Associação dos Moradores do Bairro Tibery.

além de trabalhar em conjunto com a Secretaria de Formação da CUT de Minas Gerais, procurando fortalecer a CUT regional e auxiliar na formação de militantes sindicais. Assim, ele se baseia no Programa Integrado de Formação Sindical da CUT/MG que entende que no momento "...formação sindical é todo tipo de atividade de reflexão promovido pelas organizações sindicais, que tem como objetivo levar o trabalhador, os militantes e os dirigentes do movimento sindical, a entender melhor o movimento sindical em si e em suas dimensões estruturais, políticas e culturais, para que esses sujeitos possam se engajar de forma sempre melhor no movimento sindical..."¹⁴

O Núcleo de Saúde já discutiu em dois seminários problemas relativos à saúde dos trabalhadores.

O Núcleo Cultural realiza debates sobre temas como os movimentos sociais no campo e outros relacionados ao cotidiano da classe 'dominada através do chamado "Vídeo-Debate". Ele também organizou um bloco carnavalesco e outras atividades culturais.

O Núcleo de Estudos e Comunicação Popular pretende produzir e divulgar trabalhos escritos e videográficos locais, promovendo seminários, cursos como Jornalismo Sindical e Interpretação de Textos; publicando revistas, jornais, etc.

A partir do aparecimento de novas pessoas comprometidas e interessadas em desenvolver algum trabalho junto aos movimentos populares, estes núcleos vão se multiplicando. Existem propostas para se criar núcleos de assessoria econômica, jurídica, etc.

Esta diversificação de funções do CDP ocasionada pela demanda popular e pela motivação de alguns profissionais, por um lado prova como o projeto do CDP tem sido valorizado e procurado. Porém, por outro lado, ela pode trazer a descaracterização do Centro e um crescimento incompatível com sua infra-estrutura. Há o perigo de se abrir várias frentes de atuação e não conseguir levá-las adiante com qualidade suficiente. Isto pode desgastar o nome do CDP. Assim, o CDP deveria ser mais cauteloso ao dar saltos quantitativos em sua estrutura, procu

14. Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais, Programa Integrado de Formação Sindical, p.02.

rando envolver mais pessoas em menos atividades realmente prioritárias, ao invés de, como tem feito atualmente, criar várias atividades com poucas pessoas para efetivá-las (principalmente, levando-se em consideração que o trabalho da maioria destas pessoas é voluntário e realizado durante curtos horários disponíveis).

Além da Comissão de Formação, há a Comissão de Documentação que tem origem na proposta inicial do CDP datada de 1985. Ela tem sido formada, principalmente, por pessoas ligadas a área de História, as quais encontram no CDP um local para praticarem de forma útil e prazerosa os seus conhecimentos e ideais e as quais têm procurado se qualificar mais através de uma assessoria arquivística, de leituras sobre outras experiências de montagem de biblioteca popular e através do próprio fazer.

Esta comissão tem um plano de trabalho a médio e longo prazo, o qual vem sendo refeito e ampliado conforme o seu desenvolvimento e conforme a resposta do movimento popular. Os seus princípios básicos são os de assessorar as atividades da Comissão de Formação, registrando-as e subsidiando-as com informações; organizar e abrir ao público o Arquivo Interno do CDP e a Biblioteca Popular; além de auxiliar na preservação da memória de outras entidades populares.

O Arquivo Interno registra por escrito e audiovisualmente os atos do CDP e de suas Comissões e Núcleos. Ele também tem se preparado para organizar todos os registros textuais, iconográficos e audiovisuais sobre o planejamento e o caminhar do Centro (atas, boletins, projetos, estatutos, correspondências enviadas e recebidas, fichas de endereço, fotos, vídeo, fitas K7, etc.). A Comissão de Documentação está preocupada em efetivar esta tarefa o mais breve possível, para evitar o acúmulo excessivo de documentos desordenados e tornar a organização mais fácil. Isto deveria acontecer em todas as entidades, pois assim o trabalho de arquivamento se tornaria um hábito cotidiano e não um sacrifício.

A montagem do Arquivo do CDP pretende facilitar o funcionamento interno do Centro e permitir que a sua memória - vitórias e limites, planos e ações - seja preservada, conhecida e debatida .

A Biblioteca Popular contem, em processo gradual de classificação e catalogação, uma série de livros, periódicos em revistas e jornais, cartazes, panfletos, boletins recebidos (doação) ou recolhidos pelo CDP em diversos movimentos populares a nível local, regional, nacional e internacional. Muitos destes materiais precisam ser selecionados, pois apesar da maioria versar sobre assuntos relevantes para o movimento popular - capitalismo, constituição, comunicação e educação popular, igreja e pastorais, índios, negros, mulheres, partidos políticos, sindicatos, saúde do trabalhador, terra, socialismo, tecnologia alternativa e outros - há alguns, como astrologia, totalmente desvinculados e que ficariam melhor situados em Bibliotecas Municipais ou Escolares.

Além de abrir para consulta todo este acervo bibliográfico, a Biblioteca do CDP também tem a intenção de referenciar os acervos de outras instituições existentes em Uberlândia e região, relativos aos problemas vivenciados pelos oprimidos de nossa sociedade.

A Assessoria à Preservação da Memória em Outros Movimentos Populares de Uberlândia e Região baseia-se na discussão da importância da memória como instrumento de libertação dos oprimidos, sensibilizando as entidades populares para que elas percebam o valor de se criar uma estrutura material e humana capaz de efetivar um trabalho crítico e dinâmico de preservação de seu passado.

A Comissão de Documentação, como um de seus membros já vem realizando na Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia (ASUFUB), auxiliará os movimentos populares a recuperar, conservar e divulgar a sua memória por eles mesmos, em sua própria estrutura. Ou seja, ela não pretende custodiar estes arquivos, pois isto fragmentaria os registros já produzidos pela entidade, dos registros a serem ainda elaborados por elas.

Isto prova que o CDP age junto e não para os movimentos populares, ajudando-os a resgatar a sua memória sem desapropriá-los de suas lembranças, mas, ao contrário, incentivando-os a socializar e democratizar o seu passado. Tanto é assim que o CDP devolveu recentemente alguns documentos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação em Uberlândia que estavam sob a sua posse. Desta forma, ele restaurou a unidade do arquivo do Sindicato da Alimentação.

O CDP pretende ter apenas o diagnóstico do acervo documental de cada movimento, com informações sobre o tipo de registros existentes e sobre a condição de acesso a eles. Isto facilitará a atuação de vários pesquisadores que encontrarão no CDP um Centro de Referências sobre a Memória Popular de Uberlândia e região. Ele não quer duplicar arquivos com fotocópias de documentos já guardados em outros locais; o que significaria desperdício de trabalho e de espaço físico.

Somente as entidades populares sem infra-estrutura (sede, recursos materiais e humanos) ou extintas terão a sua massa documental sob custódia temporária ou permanente do CDP. Um exemplo disto são os registros da Oposição Sindical dos Bancários e da Construção Civil. Eles estão atualmente no CDP, porque não têm lugar nos seus respectivos sindicatos por estarem em confronto com eles, podendo até serem destruídos pelas Diretorias desejosas em ocultar as fraquezas e contradições que eles representam.

Ainda não estão bem definidos quais os movimentos populares que a Comissão de Documentação irá assessorar. A Comissão de Formação fez uma opção pelos movimentos combativos ligados à CUT; Porém, a Comissão de Documentação não poderia fazer tal delimitação. Ela deveria ajudar a preservação da memória tanto nas organizações pelegas, assistencialistas, quanto nas combativas, pois para se estudar profundamente o movimento popular, repensá-lo e reestruturá-lo é necessário ter ciência de seus avanços e limites. Enfim, é preciso recuperar a Memória Popular em todas as suas contradições, mostrando sua articulação com a ideologia dominante em certos pontos e a sua resistência a isso em outros. Tudo deve ser conservado e divulgado para que os próprios grupos populares possam se autocriticarem. Não se pode negar os movimentos pelegos e assistencialistas como se eles fossem alienados, inválidos e infiéis. Deve-se sim refletir sobre eles e para isso precisa-se, antes de tudo, conhecê-los.

Mesmo assim, com certeza, a Comissão de Documentação encontrará sérias dificuldades para trabalhar com as entidades mais assistencialistas e pelegas, pois estas estão em constante conflito com o CDP devido a atuação da Comissão de Formação.

Todo este acervo bibliográfico e arquivístico que o CDP começa a levantar e preservar, resgata informações passadas e presentes, conjunturais e estruturais sobre todas as dimensões humanas (afetivas, culturais, econômicas). Informações sobre a classe dominada local, nacional e internacional, suas organizações, suas condições de vida, seus planos e realizações, seus problemas, limites e avanços, sua relação de conflito e resistência com as classes dominantes.

O CDP, através do trabalho conjunto de suas Comissões, pretende transformar estas informações em INFORMAÇÕES VIVAS. Isto é, da dos não para serem apenas guardados, transmitidos e contemplados, mas para serem discutidos, confrontados entre si e com as necessidades dos movimentos populares. Informações dialéticas que relacionem prática e teoria, que ajudem no repensar, refazer e caminhar destes movimentos. Conhecimentos que possam ser compreendidos, analisados e reelaborados pelo conjunto dos oprimidos e não só por alguns "iluminados", auxiliando, portanto, na construção coletiva de saberes populares e críticos que se contraponham com os saberes disseminados pelos opressores. Isto é socialização do saber!

Daí o fato do CDP não preservar a memória para o movimento, mas assessorá-lo a preservá-la por si mesmo.

Outro exemplo de informação viva é o da montagem da Biblioteca Popular, onde há a preocupação em se dividir o acervo bibliográfico não só por temas acadêmicos utilizados convencionalmente pelas bibliotecas escolares (sociologia, economia, filosofia, ciências aplicadas, etc.), mas também por temas diretamente vinculados com a realidade popular (questão agrária, negros, relações trabalhistas, salários, dívida externa, saúde dos trabalhadores, etc.).

Além disso, existe o projeto de se criar cursos de leitura de textos e análise do discurso com o objetivo de facilitar o acesso crítico dos segmentos populares às produções acadêmicas e jornalísticas sobre assuntos de seu interesse.

A construção coletiva de saberes populares e críticos deve ser efetivada com a consciência de que, assim como a memória e a ideologias dominantes que ela deseja contrapor, a memória popular, de onde ela parte, não é neutra e homogênea; mas é também uma montagem fei

ta por quem a registrou no passado e por quem a preserva no presente .
Portanto, ela tem lacunas e contradições.¹⁵

"...Quando muitos historiadores tentam repor a figura do dominado no centro da história e abrir o começo de sua historicidade , nem por isso ela se oferece a nós com toda clareza de um segredo auto-revelador. A sua própria fala (o seu 'discurso') também será precária, fragmentada e igualmente 'dominada' por instâncias internas (os seus partidos, por exemplo); razão pela qual simplesmente erguer um contradiscurso não garante a chegada ao concreto como síntese das contradições de uma totalidade histórica,,,"¹⁶

Ou seja, a construção de saberes populares pelas entidades ' como o CDP que se propõem a utilizar a memória como um instrumento de libertação dos oprimidos, não deve se restringir ao resgate e à leitura da memória popular. Ela precisa analisá-la criticamente e inter cruzá-la com outras memórias como a memória dominante, a qual já vem sendo preservada e divulgada a tempos pelas instituições de produção e transmissão do saber hoje monopolizadas pelos poderes políticos e econômicos de nossa sociedade.¹⁷

Da mesma forma que não é prudente acreditar cegamente na memória dominante, a qual manipula a realidade, também não se pode negá-la totalmente. É essencial procurar entender os seus códigos, os seus métodos sutis de exploração, tentando apropriar-se dos conhecimentos ' que ela tem expropriado ou impedido o acesso das classes dominadas. A partir daí, torna-se possível a defesa em relação a eles ou a sua utilização a favor do fim da opressão.

Enfim, não se pode isolar a memória dominante da memória popular, optando por uma ou por outra, como se elas fossem contradiscursos puros e paralelos. É necessário confrontá-las e relacioná-las para explicitar as lacunas de ambas, os seus pontos de intercruzamento ou repulsa. Só assim, consegue-se ultrapassar os limites da memória e elaborar uma História que desmonte os seus registros - seleções ideológicas de fatos e dados, que faça a sua crítica, lendo-a a contrapelo, depurando-a e desvendando os mitos, dogmas e manipulações presentes tan

15. cf. discussão do conceito da memória no Capítulo I, p. 19 a 20

16. Adalberto MARSON, Reflexões sobre o procedimento histórico, in: Re pensando a História, p. 62

17. cf. Introdução, p. 10-11

to na memória popular quanto na dominante.

"...O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (...) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento (...) No limite, não existe um documento-verdade (...) Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo, (...) porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

(...) De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento-monumento do campo da memória para a ciência histórica...¹⁸ (grifos meus)

Desta maneira, transformando as memórias em história, pode-se entender melhor as complexidades e contradições do real, do modo como se dá a dominação e a exploração e da forma como os segmentos populares vivem e resistem a isto. Tal conhecimento ajuda no pensar mais lúcido e dinâmico a respeito de como lidar com o real, de como modificá-lo em prol da conquista de uma sociedade mais justa.¹⁹

2. A DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA POPULAR

"...Uma das características de nossa sociedade na qual se enfrentam opressores e oprimidos é a desigualdade de acesso de uns e outros a todos os tipos de bens que se produzem nessa sociedade. Por isso, os opressores possuem e controlam todas as fontes de formação e informação: meios de comunicação de massa, editoras, colégios, escolas, universidades, bibliotecas, etc.. Desse modo,

18. Jacques LE GOFF, Documento/Monumento, in Memória-História, p. 103 e 104. O trabalho de desmontagem dos documentos-monumentos é ofício do historiador. Contudo, nem por isso, deve-se criar um discurso competente do historiador, negando a possibilidade de outras pessoas "leigas" realizarem esta tarefa.

19. Esta relação entre a memória e história que delineia a preservação da memória como instrumento da libertação dos oprimidos (cf. Cap. I, Subtítulo 3) tenta ultrapassar os limites da história construída através da memória utilizada para justificar o presente (cf. Cap. I, p. 35-6).

os oprimidos não possuem nenhum desses grandes instrumentos do sistema e informam-se e educam-se de acordo com o interesse dos opressores.

Vai daí a importância de os setores populares criarem suas próprias fontes de informação e formação. Maneira pelas quais irão enfrentando, nesse terreno, o poder dos opressores..
."20

No CDP e em diversas organizações populares que utilizam de maneiras diferentes a memória, as formas (e não o conteúdo)²¹ de divulgar informações passadas e presentes são muito semelhantes. Dentre estas, existem algumas muito ricas e razoavelmente capazes de enfrentar a transmissão de notícias pelos poderosos meios de comunicação dos opressores.

As entidades investigadas divulgam com mais frequência uma memória mais sistematizada e resumida, pois, desta forma, os segmentos populares se informam mais rápida e facilmente.

Tal divulgação é corporativista, ou seja, ela circula apenas entre a própria categoria a que a entidade está ligada e não entre diversos grupos sociais. Este pequeno alcance da comunicação popular incomoda pouco a burguesia. No entanto, o CDP tem um projeto de criar um jornal que trate dos problemas e atividades de vários movimentos, o qual seria distribuído entre diferentes segmentos populares de Uberlândia e região, favorecendo a troca de experiências, a socialização das dificuldades e vitórias de cada movimento e unificando os oprimidos sem desprezar suas diferenças. Além disso, ele teria inevitavelmente uma circulação maior que com certeza perturbaria mais a classe dominante.

Atualmente, são mais usados meios orais e escritos de comunicação como assembleias, reuniões, plenárias, murais instalados dentro das sedes das entidades, boletins, panfletos, manifestos²² e a utiliza

20. CELADEC, Como se Organiza um Centro Popular de Documentação e Comunicação, p. 13.

21. As variações significativas no conteúdo da memória preservada pelas entidades populares já foram analisadas no Capítulo I.

22. O CDP, recentemente, montou uma gráfica com infra-estrutura (máquinas, funcionário) cedida pelo "Sindicato dos Eletricitários" e pelo SINTTEL, a qual tem produzido os boletins, panfletos e manifestos de diversos movimentos populares de Uberlândia.

ção dos meios de comunicação de massa locais (rádios, TVs, jornais) para fazer denúncias, publicar artigos e informar sobre atividades. Uma estratégia interessante é a de participar dos programas de oferecimento de música para enviar recados ao movimento.

Além disso, algumas entidades promovem debates, seminários e cursos sobre temas conjunturais de interesse para os movimentos (eleições municipais, estaduais, federais; matemática sindical; saúde do trabalhador, etc.) e atividades culturais e de lazer como olimpíadas, shows de músicos populares, festas, teatros. Um exemplo de música composta e apresentada por uma participante do movimento popular durante a campanha presidencial de 1989 a favor do candidato Lula do Partido dos Trabalhadores:

".....

III

Quem arranca os minerais de
dentro das profundezas
Quem constrói estradas, pontes
quem fabrica estas riquezas.

IV

É a classe trabalhadora
formada por operários
das cidades e dos campos
São aqueles proletários
que trocam o seu trabalho
por miseráveis salários.

V

É um voto de protesto
contra a fome e opressão
o Partido do Governo
representa a exploração
(.....)

VI

É assim meus companheiros
nós convidamos você,
seus vizinhos e amigos
para votar no PT para lutar com você
(.....)

VII

Por um partido de gente
Um partido sem Patrão
por um Brasil diferente
um Brasil sem opressão
por uma vida decente
sem nenhuma exploração
....."23

23. Maria Aparecida de LUCENA, A Classe Trabalhadora, mimeografado.

Existem também, em algumas associações de bairro e sindicatos, os representantes de quarteirão e de fábrica respectivamente. Eles têm a função de recolher e espalhar informações, reclamações e reivindicações entre a sua categoria.

O CDP em conjunto com outras organizações, além de desenvolver muitas das atividades acima mencionadas, também realiza o Vídeo-Debate²⁴ e sai com a "Rádio Peão", fazendo denúncias e ouvindo a população nas praças, nos bairros com o auxílio de auto-falantes.

A informação mais aprofundada e detalhada conseguida através da pesquisa nos registros primários e bibliográficos é uma prática menos utilizada entre a grande parte dos oprimidos.

A maioria das entidades permite o acesso livre aos seus documentos para todos os pesquisadores que revelam objetivos claros e a favor do movimento popular. Porém, este acesso torna-se não totalmente inviável, mas bastante dificultado devido a pelo menos uma razão: não organização dos documentos para a pesquisa, mas apenas (às vezes, nem isso) para o uso interno e administrativo da entidade.²⁵ Também, ocorre o fato dos documentos de algumas organizações como o CEC e a Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade ficarem trancados em sedes de difícil entrada por causa da falta de funcionários fixos e diários.

Além disso, a consulta mais cuidadosa de fontes primárias e bibliográficas não acontece com muita intensidade entre os segmentos populares devido a sua falta de tempo e prática decorrente do seu maior envolvimento com o trabalho manual, o qual na sociedade capitalista encontra-se separado do trabalho intelectual.

Mesmo assim, há entidades que tentam proibir o acesso de seus próprios filiados aos seus documentos. O Sindicato dos Bancários de Uberlândia, durante o processo de eleição de sua nova Diretoria, entre os anos de 1989 e 1990, procurou impedir que os membros da Chapa de Oposição conhecessem o Edital de Convocação para inscrição de Cha -

24. cf. discussão do Núcleo Cultural do CDP, p. 68

25. cf. p. 83-4.

pas.²⁶

"...O Edital de Convocação para inscrição de Chapas foi afixado no Sindicato (dos Bancários) mas a Oposição foi impedida de ter acesso ao mesmo, o que provocou a indignação de companheiros que tiveram de tirá-la do quadro de avisos para obter a cópia daquele documento - único meio de conhecer as exigências para a formação de Chapas..."²⁷

Por outro lado, há quem deseje incentivar esta investigação documental mais detalhada, mesmo que com certas dificuldades. A Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade vem montando e expondo, quando possível, uma Pasta-Álbum que agrupa os registros sobre os acontecimentos básicos de fluxo e refluxo que o movimento viveu desde o seu início até hoje.²⁸ Também, o CDP, através de todo o trabalho de sua Comissão de Documentação²⁹, da exposição de fotos e cartazes do movimento popular vem procurando motivar isto.

Mesmo que a informação rápida e resumida seja mais procurada pelas classes dominadas, os movimentos populares não podem deixar de preservar, organizar e abrir à consulta os seus documentos arquivísticos e bibliográficos mais detalhados, pois, pelo menos, eles são a matéria-prima para a elaboração da notícia mais sistematizada. Além disso, o estudo mais aprofundado e minucioso, apesar de não ser algo nada fácil de se fazer, deve ser sempre uma meta para os oprimidos que desejam romper com a dominação.

Assim, é interessante que as entidades populares efetivem uma organização temática de seus registros, além da organização cronológica, alfabética e por fundo (local de produção do documento). Esta organização facilita o trabalho dos pesquisadores. O CDP tem procurado fazer isto em todas as atividades da Comissão de Documentação, apesar desta ser uma tarefa lenta e difícil.

"...Quando processado corretamente (isto é, bem classificado e arquivado de modo a se tornar facilmente recuperável) e divulga -

26. cf. p. 39

27. O PELEGUISMO agoniza..., Oposição Bancária, Informativo Uberlândia e Base Territorial, 17.12.1989

28. cf. p. 46

29. cf. p. 69 a 72

do de forma adequada, o documento poderá atingir os objetivos de sejad^os: informar com eficiência, precisão, fidedignidade e rapidez. Se não houvesse processamento, a documentação não estaria alcançan^o seus objetivos, reduzindo-se a mais um dentre os inúmeros depósitos de papel velho..."³⁰

De uma forma ou de outra, sistematizada ou não, é vital que os segmentos oprimidos de nossa sociedade continuem ampliando o alcance da comunicação popular que precisa ser cada vez mais criativa e sempre associada ao trabalho de preservação da memória que já foi discutido com amplitude anteriormente.³¹ Esta é uma forte arma para lutar contra o poder da ideologia dominante.

3. DIFICULDADES PRESENTES NA PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA MEMÓRIA POPULAR

Desde 1985, o Centro de Documentação, Assessoria e Formação Popular tem crescido e se estruturado. No entanto, esta estruturação, principalmente a relativa ao trabalho da Comissão de Documentação que é fundamental para as atividades da Comissão de Formação, tem ocorrido de forma lenta. Isto é consequência de dificuldades políticas, sociais, culturais e materiais vividas também por outras entidades que têm uma memória popular a preservar e divulgar em Uberlândia.

A sociedade capitalista baseia-se na divisão do trabalho manual e intelectual. Ou seja, normalmente, quem executa - maioria da população; trabalhadores e expropriados - não planeja, não analisa o que faz; apenas segue ordens e determinações dos proprietários dos meios de produção e dos "donos do poder". Este trabalho mecânico e fragmentado gera uma mentalidade consumista, imediatista e acomodada entre

30. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Documentação: Uma Prática Alternativa, in: Revista Tempo e Presença, nº 192, junho/julho de 1984, p.20. Cf. p. 83-4, infelizmente hoje, na maioria dos movimentos populares de Uberlândia o que existe são depósitos de papel velho.

31. Esta associação deve-se fazer principalmente com a relação memória -história defendida nas p. 72-4

entre as classes populares que mostram-se dispostas a atuar somente na quilo que traz resultados rápidos, deixando que uma vanguarda projete anteriormente este atuar.

"... a pretensão de se formar grupos organizados em todas as esferas sociais vai de imediato em contradição com a postura do indivíduo pós-moderno, que é consumista, (...) além do que vive no conformismo em noções de ideais, buscando o espetáculo com bens e serviços no lugar do poder.

Esse indivíduo participa sem um envolvimento profundo de pequenas causas inseridas no cotidiano - associações de bairro, defesa do consumidor, minorias raciais e sexuais, ecologia, etc. ..."³² (grifos meus)

Grande parte dos oprimidos não se compromete a pensar o seu mundo e planejar sua ação antes de concretizá-la. Não valoriza os movimentos de reflexão, de organização, pois eles requerem paciência, dedicação e não trazem benefícios a curto prazo.

"...Quando a gente distribui aqui 1000, 1200 editais de convocação para uma Assembléia, a gente de repente fica decepcionado de encontrar apenas 60 pessoas na sede, no dia desta Assembléia.

A gente, a partir daí, faz uma avaliação e vai tentar entender qual foi a nossa falha. A gente repassa os nossos passos (...) e detecta que nossas falhas não são tantas quanto a dos moradores. Eles têm desinteresse de participar do movimento, quando não conscientizados, porque eles vão quando uma Assembléia tem um assunto que lhe diz respeito mais diretamente. Quando muitos dos assuntos na pauta são assuntos gerais, nós temos uma assistência mais fraca na Assembléia..."³³

Assim, a proposta do CDP de socializar o saber e trabalhar junto aos segmentos populares e não para eles³⁴ fica dificultada.

Na maioria das vezes, são os dirigentes das entidades que realmente se preocupam em repensar, estruturar e reestruturar a sua atuação através da participação em debates, cursos, da análise de documentos e outras atividades.

Um exemplo disto é o fato das reuniões semestrais de planejamento das tarefas do CDP contarem basicamente com a presença de seus coordenadores.³⁵

32. Regma Maria dos SANTOS, Manifestações Culturais Populares e Ação do Poder Público em Uberlândia, p. 17

33. entrevista realizada com Alberto Rubens Arantes Mendonça - presidente da Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade - no dia 28 de novembro de 1989.

34. cf. p. 64

35. cf. p. 66

Também, as idéias de utilização da memória popular levanta - das em algumas entidades de Uberlândia representam mais o pensamento de seus líderes do que do conjunto do movimento, pois elas não são prio - rizadas nas discussões coletivas.

Enfim, a fragmentação do trabalho manual e intelectual exis - tente nas relações de produção se repetem muito no movimento popular.

Isto favorece o Discurso Competente, ou seja, a crença na di - visão entre os habilitados para elaborar um saber e os capazes ape - nas de respeitá-lo e segui-lo. Conseqüentemente, poucos sentem-se in - centivados a pesquisar, criticar e produzir conhecimentos; sentindo-se aptos apenas para absorver e acatar as decisões e opiniões alheias.

"...O discurso competente se instala e se conserva graças a uma regra que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que po - de dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar. Com esta regra ele produz sua contraface: os incompetentes sociais..."³⁶

Desta forma, a manipulação do saber e da memória³⁷ por uma mi - noria desejosa de justificar a sua posição e o seu presente torna -se mais fácil de ser efetuada, pois quase não há quem se entenda competen - te para desmontar tal manipulação.

"...O conhecimento, isto é, a competência instituída e institu - cional não é um risco, pois é arma para um fantástico proje - to de dominação e de intimidação social e política..."³⁸

Além disso, a mentalidade consumista que faz com que os seg - mentos populares se ocupem mais com questões imediatas como a luta por melhores salários, água, luz, etc., torna secundárias as atividades de mais longo prazo como as de formação e informação, as quais seriam bá - sicas para mudar tal mentalidade e motivar o processo de transformação mais profunda e coletiva da sociedade.

Logo, mesmo nos movimentos com infra-estrutura razoável e com um certo interesse em reconstruir, de uma forma ou de outra, o seu passado, não há um direcionamento de parte de seus recursos financeiros

36. Marilena CHAUI, Cultura e Democracia, p. 02.

37. cf. Capítulo I, "Manipulação da Memória", a partir da p. 34.

38. Marilena CHAUI, Cultura e Democracia, p. 13.

ros, materiais e humanos para cuidar mais especificamente do resgate , preservação, divulgação e análise da memória popular.

No CDP, em específico, a maioria dos recursos financeiros e materiais são provisórios e emergenciais. Eles só são arrecadados quando está sendo desenvolvida alguma atividade de interesse para uma entidade (assessoria a chapas de oposição em períodos de eleição sindical, etc.) ou quando os membros de uma das Comissões corre atrás de uma organização para conseguir a doação de materiais urgentes para suas tarefas (papel, etiquetas, cartolina, cola, livro de ata, etc.). Não existe um caixa fixo que gere recursos mais constantes e seguros.

No início, o CDP não quis uma verba fixa, pois não queria recursos sem saber onde utilizá-los. Ele primeiro começou a atuar e, a partir de suas reais necessidades, foi arrecadando dinheiro que já tinha lugar definido de investimento. Hoje, com as atividades em pleno andamento, esta prática tem limitado a ação do CDP, pois nem sempre os movimentos podem fornecer o que e quando o CDP necessita.

Muitas vezes, as entidades populares tratam o CDP como um depósito de papel velho e material usado, doando, por exemplo, antigas pastas A-Z enferrujadas, as quais podem destruir os registros arquivísticos e bibliográficos ali guardados. Porém, o CDP não pretende ser um "ARQUIVO MORTO", cheirando a mofo. Ele quer funcionar em um ambiente agradável que contenha informações vivas, dinâmicas e bem ordenadas.

Faltam pessoas qualificadas e responsáveis diretamente pelo trabalho de organização e socialização da memória popular. Isto se agrava devido a inexistência de cursos que treinem profissionais para ocupar melhor a função de arquivistas. A antiga Comissão Pastoral da Terra reivindicou isto e o CDP pensa em contornar esta dificuldade no futuro, quando a Comissão de Documentação começar a Assessoria à Preservação da Memória em Outros Movimentos Populares.

O trabalho dos membros do CDP tem sido voluntário, sem remuneração e, por isso, realizado apenas em horários vagos no dia-a-dia de estudo e labor de cada um. Além disso, a dedicação destas pessoas no CDP é atropelada por questões políticas e pessoais de maior urgên -

cia, prejudicando e atrasando, assim, os projetos do Centro.

"...fizemos uma análise de conjuntura, onde detectamos que o CDP está passando por uma fase de desagregação seja em função desse momento (por ex. privilegiar as eleições presidenciais) quanto as questões mais 'domésticas' (por ex. trabalho, escola, etc.)
..."³⁹

Estes problemas revelam a necessidade de se contratar funcionários permanentes, qualificados e envolvidos com o movimento, além de continuar ampliando a colaboração de voluntários com maior vontade e disponibilidade de tempo.

As entidades populares, além da escassez de recursos humanos, materiais e financeiros, também não criam e utilizam uma técnica arquivística capaz de auxiliá-las a concretizar com clareza a preservação da memória que cada uma delas privilegia.

Por conseguinte, é comum descobrir-se com maior ou menor intensidade, documentos espalhados entre vários membros do movimento ou em diversos setores, salas da entidade sem nenhum controle. Há documentos na casa de antigos ou atuais diretores, devido a uma ligação sentimental ou a problemas políticos ou ainda estruturais (falta de sede). A UESU - União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia e a Associação dos Moradores do Bairro Patrimônio são alguns exemplos deste fenômeno.

Mesmo quando a maior parte da massa documental está agrupada na sede da entidade, os documentos encontram-se misturados - documento bibliográfico com arquivístico⁴⁰, xerox com original e rascunho, diferentes assuntos, datas, fundos (lugar de origem do documento) juntos. Ainda há documentos em pastas suspensas sem identificação ou com identificação errada; fotos sem legenda, projetos e cartas sem data, etc.

Muitas vezes, alguns registros não mais usados com frequência no funcionamento interno e diário da organização são empacotados sem uma cuidadosa classificação e colocados em salas com infiltração e

39. RELATÓRIO e Convocação aos Integrantes do CDP, CDP, dezembro de 1989, mimeografado.

40. V. a distinção feita em Arquivos, Bibliotecas e Museus: Fronteiras Definidas de Heloísa Liberalli Belloto, in: Arquivo de Rio Claro, jan, 1982, p. 5 a 11.

isoladas da sede. Esta é a visão de Arquivo Morto; de que quando a informação não tem mais valor administrativo, ela pode ser esquecida, não levando em conta o seu valor histórico. Isto ocorre, inconscientemente ou conscientemente em entidades como a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia que a partir do ano de 1990 tem procurado sanar esta distorção, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e outras.

Além disso, ocorre com frequência um acúmulo irracional de registros, principalmente de cópias e rascunhos que, às vezes, na confirmação da existência do original, poderiam ser descartadas.

Isto gera um desperdício de espaço e dificulta ainda mais o ordenamento e o acesso aos documentos. Assim, critérios minuciosos de descarte ou preservação de documentos precisariam ser criados por uma comissão qualificada para isto e escolhida cautelosamente pelo movimento.⁴¹

Estas deficiências técnicas de organização arquivística trazem o risco das entidades perderem involuntariamente os seus documentos - suportes da memória popular. Isto ocorreu com o "Sindicato dos Bancários" que, apesar de ter mais de 40 anos de existência, só tem o controle da massa documental produzida a partir de 1978.

Todas estas insuficiências materiais, financeiras, humanas e técnicas detectadas nos movimentos populares de infra-estrutura mais sólida são ainda mais sentidas pelos movimentos de frágil estrutura como o Conselho de Entidades Comunitárias, as Associações do Bairro Patrimônio e do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade, as quais não têm funcionários fixos em suas sedes que, na maioria das vezes, ficam a maior parte do tempo fechadas com os documentos expostos à poeira, gotearias e microorganismos, mesmo estando guardados em pastas, armários de aço ou madeira.

4. ALGUMAS SAÍDAS

Paradoxalmente, para combater a mentalidade consumista e ad-

41. V. experiência do Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

quirir condições financeiras, materiais, humanas e técnicas satisfatórias para trabalhar, as entidades como o CDP, que já se preocupam com a preservação da memória popular como estratégia para ajudar na transformação social, precisam conseguir já uma melhor infra-estrutura. Só assim, elas poderão acelerar com qualidade o resgate e a discussão de uma memória capaz de sensibilizar os segmentos populares sobre a importância das atividades de formação e informação e, desta forma, acabar com a resistência gerada pela mentalidade consumista que só alcança reformas imediatas e efêmeras.

Esta urgente melhor infra-estrutura pode ser obtida através de pelo menos três ações básicas.

Cooperação entre entidades do Brasil e do exterior preocupadas com a formação e informação das classes oprimidas. Isto significa uma ajuda mútua para adquirir material de consumo e permanente como vídeo-cassete, estantes e arquivos de aço, microcomputador (útil para agilizar a catalogação e edição de informações), som, livros, revistas, pastas suspensas, além dos recursos financeiros necessários para comprá-los. Ela também acarreta a troca de experiências para promover a qualificação e melhor remuneração de pessoal ⁴² e para criar técnicas baratas e eficientes de preservação e socialização da memória conforme os objetivos políticos do movimento e mediante o uso de materiais alternativos e coincidentes com a realidade de cada entidade.

"...haja vista a carência de recursos, como improvisar, mantendo um mínimo de sistematização? Achamos relevante - se não indispensável - reforçar a necessidade de capacitação técnica especializada para aqueles que se dedicam a esse trabalho (de documentação). (...) Se não há dinheiro para fichas, que se use papel de pão, mas não deixe de classificar e processar corretamente o documento; se não se dispõe de arquivo, caixas de sapato podem vir a 'quebrar o galho' perfeitamente, desde que não se perca de vista o interesse primordial da documentação..."⁴³ (grifos meus)

O CDP está prestes a enviar um projeto financeiro, onde soli-

42. cf. p. 82-3

43. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Documentação: Uma prática alternativa, in: Revista Tempo e Presença, nº 192, junho/julho de 1984, p. 21.

cita este tipo de cooperação, para o Centro Pastoral Vergueiro de São Paulo, para a Escola Sete de Outubro em Belo Horizonte e, através da Secretaria de Formação da CUT/MG, para instituições fora do Brasil.

Além disso, desde 1985, o CDP tem aumentado muito o seu contato com organizações populares de todo o Brasil (partidos, sindicatos, movimentos de negros e mulheres, ala progressista da Igreja, instituições educacionais, imprensa alternativa, etc.)⁴⁴, enviando os seus boletins, recebendo material bibliográfico, dicas para o trabalho da Comissão de Formação e Documentação e votos de apoio e incentivo.

"Em boa hora, chegou-nos o 'Jornal do CDP' (...). Esta iniciativa vem ratificar que o processo de transformação social e político brasileiro não poderá estar dissociado dos meios alternativos de comunicação, de organização e da sistematização da historicidade dos movimentos populares"⁴⁵

A nível nacional, instituições ligadas a ala progressista da Igreja Católica, às Universidades e a Sindicatos (principalmente no ABC Paulista onde o movimento sindical se mostra mais consolidado) e interessados em resgatar e divulgar a memória de diferentes grupos populares, têm crescido e procurado formas de se unirem e fortalecerem a sua atuação.⁴⁶

"...várias entidades que trabalham com a documentação do movimento sindical reuniram-se pela primeira vez em outubro de 1988 e definiram algumas propostas visando ampliar a preservação, socialização e organização desta documentação.

Entre as propostas que já estão sendo encaminhadas está a de desenvolver uma campanha de preservação da memória-sindical-operária junto as entidades sindicais. Esta campanha propõe a realização de seminários e cursos de formação de acervos. As entidades pretendem também publicar um catálogo de entidades que têm organizado ou estão organizando seu acervo e elaborar um dicionário mínimo de assuntos. O projeto prevê ainda a criação de uma 'cooperativa' envolvendo os centros de documentação'

44. De 1985 para julho de 1990, as entidades que o CDP mantém contato aumentaram de cinquenta para setecentas, aproximadamente.

45. correspondência enviado ao CDP pelo Jornal "Maioria Falante" do Rio de Janeiro, em 28 de março de 1989.

46. Algumas destas instituições são o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), o Núcleo de Estudos da Memória Popular do ABC do Instituto Metodista de Ensino Superior, o Centro Pastoral Vergueiro (CPV), o Centro de Memória Sindical de São Paulo, o CEDEC, o CEDIC, o Camp no sul do Brasil.

para aquisição de uma microfilmadora..."⁴⁷

Além de procurar a cooperação mútua, estas entidades populares também poderiam reivindicar o apoio financeiro, técnico e material de órgãos públicos, sem permitir que este fira a autonomia do movimento popular.

O Estado é uma instituição de classe que atua a favor dos dominantes com o objetivo maior de manter e fortalecer a ordem social vigente e os seus poderes políticos e econômicos. Portanto, que quer que ele ajude no resgate, conservação e divulgação da memória popular, o que pode incentivar a transformação social, parece algo muito difícil. e que deve ser feito com precaução.

Normalmente, a ação do aparelho estatal em relação aos segmentos populares tem sido autoritária e de controle; tem sido para eles e não com eles.

Em certas ocasiões, ela oculta a existência de uma cultura e de uma memória populares diferentes de outras culturas, adotando a idéia de cultura homogênea e nacional.⁴⁸ Por conseguinte, a memória popular, apesar de encontrar mais dificuldades para ser preservada, continua não tendo privilégios na arrecadação de verbas públicas.

Em outros casos, o poder público incorpora em seus projetos culturais a cultura e a memória populares não para recuperá-las, divulgá-las e libertá-las, mas sim para tentar harmonizá-las com a cultura dominante e dar a impressão de que a maioria da população não é dominada por uma elite, mas está junto a ela, participando igualmente. Enfim, para tornar "verídico" o sentido de nação e unidade.

Portanto, o que acontece é que estes bens culturais populares são tratados como sendo atrasados, infantis, primitivos, alienados e desorganizados. Isto justifica a necessidade de "educar o povo culturalmente", inculcando nele a suposta cultura erudita, correta, universal e moderna proposta e imposta por intelectuais e representantes da ideologia dominante.

47. Alexandre FORTES, Memória não é para ser esquecida, in *Discussão*, 1989, p. 27

48. cf. Capítulo I, "A Farsa da Memória Nacional", p.56-61.

Este processo não liberta a memória e a cultura populares, mas as absorve, inferiorizando-as, escravizando-as e por fim, ocultando-as.

O Projeto Circo, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, parece ser um exemplo deste processo:

"...o Projeto Circo não nasceu de nenhuma reivindicação das associações de bairros antes organizadas, sendo mostrado posteriormente como um projeto já pronto que necessitaria somente do aval das associações para funcionar, pois justificava-se como elemento importante na 'conscientização' da população.

(...) Percebemos aqui a institucionalização daquilo que na década de 60 fora etetuido através dos Centros de Cultura, onde no geral os jovens intelectuais tentavam desenvolver uma atividade conscientizadora junto às classes populares.

A mudança de estratégia é perceptível quando notamos que tais atividades culturais se davam em fábricas, favelas, sindicatos e hoje acontecem em um espaço delineado pelo poder (o Circo montado periodicamente em cada bairro da cidade, onde seus moradores podem apresentar atividades culturais) ..." ⁴⁹ (grifos meus)

De uma forma ou de outra, o Estado tem lidado com a cultura e a memória populares não para fortalecê-las, mas, ao contrário, para tentar controlá-las, manipulá-las e manter a "ordem social".

"...Não casualmente, a questão cultural é ainda hoje parte da preocupação dos governantes, pois de acordo com o pensamento de antropólogos o Estado faz parte de uma teia de relações e interações que na sociedade representa apenas um componente e não o único. Quanto a cultura, esta diz respeito a uma realidade humana e, portanto, antecede ao Estado que tem caráter contemporâneo e transitório.

Portanto, profundas alterações culturais poderão significar uma ruptura no processo de dominação do Estado que é definido por Gramsci como 'o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica o seu domínio, mas também logra a obter o consenso dos dominados'. Atuando, portanto, nos mais diversos setores da existência do homem, procurando com isso respaldo popular para sua manutenção..." ⁵⁰ (grifos meus)

Apesar disso, os meios populares continuam muito carentes de recursos para preservar e socializar sozinhos a sua memória. Assim, a ajuda de órgãos públicos não para interferir autoritariamente, desapropriar e manipular, mas para assessorar e fazer junto, seria muito im-

49. Regma Maria dos SANTOS, Manifestações Culturais Populares e Ação do Poder Público em Uberlândia, p. 9 e 10.

50. ibid., p. 11.

portante.

Isto pode ser possível desde que acreditemos que o Estado, apesar de classista, não é uma instituição totalmente coesa e pura. No afã de legitimar a sua ideologia de representante de todos, ele acaba atendendo a algumas reivindicações populares ou, pelo menos, abrindo caminhos para que isto aconteça. Desta forma, os movimentos populares devem saber aproveitar este momento, não deixando de serem cautelosos para evitar que haja imposições e expropriações, ao invés de trabalho conjunto.

Na Fundação Pró-Memória, extinta em 1990 pelo governo Collor, estava-se tentando realizar uma experiência deste tipo entre os seus antropólogos e o pessoal de certos terreiros afro-brasileiros em Salvador.

"...nos parece que programas devem ser pensados no sentido de restituir a essa gente o que eles produziram e que nós apropriamos por interesses acadêmicos. Nesse sentido, nós temos uma perspectiva, no caso de Salvador, de junto com a fonoteca da Universidade de Indiana, que detém um arquivo razoável dos trabalhos de Herskovits, na década de 40, e Marian, na década de 50, (...) de tentar não só editar o que foi feito para (...) os intelectuais brasileiros saberem que teve um 'maluco' lá na América que veio aqui estudar a música dos terreiros nagô, como editar essas músicas para (...) o pessoal do terreiro, para eles terem fitas. (...) O que é um modo de fazer com que eles reponham na memória muita coisa que pode ter-se perdido dentro das agruras que para eles significa reproduzir as coisas nas piores condições.

(...) Às vezes, eu converso com um sacerdote na Casa Branca (...) e ele (...) fala das mães da casa que morreram sem que se pudesse ter salvo de algum modo o seu repertório de saber que era imenso; foram bibliotecas que se incendiaram. Ele chega a falar normalmente: 'Se tivéssemos gravador nessa época (...) nós teríamos guardado canções'..."⁵¹ (grifo meu)

A Comissão de Documentação do CDP também tem sido assessorada por uma técnica em arquivística da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, através de discussões bastante abertas que não têm atrapalhado em nada a autonomia do trabalho da Comissão, ao contrário, têm enriquecido o seu trabalho.

51. Olympio SERRA, Questões de Identidade Cultural, in: Produzindo o Passado (estratégias de construção do patrimônio cultural), p. 118.

Enfim, desde que feita coletiva e democraticamente, a colaboração financeira, material, técnica e humana de órgãos públicos junto aos movimentos populares pode ser muito bem vinda.

Outra maneira das entidades preocupadas em desenvolver atividades de formação e informação aprimorarem a sua infra-estrutura, é arrecadando com constância recursos financeiros dos próprios movimentos que elas assessoram, respeitando, é claro, os limites de contribuição de cada um deles.

O CDP provavelmente cobrará uma taxa de manutenção dos movimentos que utilizarem os serviços de sua gráfica. Estes recursos são para pagar, pelo menos, a energia, água, telefone que a própria gráfica consome.

Além disso, o seu projeto de estatuto prevê uma contribuição periódica dos seus filiados - pessoas e entidades que ajudam e recebem a prestação de serviços do CDP;

A partir destas três formas básicas de levantamento de recursos, as entidades como o CDP, quando bem estruturadas, podem utilizar em conjunto ou repassar parte de seus recursos materiais, técnicos e humanos para movimentos populares isolados como sindicatos e associações de bairro que descobrirem a importância de preservar com qualidade a sua memória para ajudar na libertação dos oprimidos. Além disso, estes movimentos podem reservar parcela de seu orçamento interno para financiar as atividades de resgate, conservação e socialização de sua memória.

Assim, a sobrevivência da memória popular começará a se concretizar com segurança!

C O N C L U S Ã O

Apesar de várias dificuldades, a prática da preservação e socialização da memória popular tem começado a ser valorizada. Daí a a -
provação do trabalho do CDP por muitos movimentos populares de Uberlân -
dia e região, o surgimento de iniciativas semelhantes por todo o Bra -
sil e o início, no final da década de 80, de um processo de arquivamen -
to mais sólido em entidades como a ADUFU (Associação dos Docentes da U
niversidade Federal de Uberlândia) e ASUFUB (Associação dos Servidores
da UFU).

No entanto, ainda há muito o que fazer para romper a mentali -
dade consumista e imediatista vigente em nossa sociedade e entre os
segmentos populares, para evitar o uso de uma memória manipulada que
justifique e fortaleça o presente e para incentivar o hábito de uma
profunda e contínua autoreflexão tão necessária para a libertação dos
oprimidos.

Para lutar contra a exploração dos poderosos econômica e po -
liticamente não basta criticá-los e atacá-los. É preciso também fa -
zer uma análise interna da forma como as classes dominadas têm desen -
volvido sua resistência. É preciso conhecer a si mesmo; ter vontade e
coragem de perceber os seus limites, a sua estagnação, de se reestrutu -
rar constantemente para enriquecer a luta contra a opressão.

A recuperação, sistematização e discussão do passado mais re -
moto e mais próximo das classes oprimidas, o que pode ser feito por a -
tividades de formação e informação dentro dos movimentos populares, a -
juda neste processo de auto-conhecimento e crítica.

Esta monografia refletiu um pouco sobre como fazer isto, po -
rém há muitas questões que podem ser aprofundadas e ampliadas.

O diagnóstico da sobrevivência da memória popular deveria
ser realizado em mais entidades além das oito já investigadas. Assim ,
seria possível descobrir e analisar outros valores e usos dados à me -
mória.

Poderia-se levantar e propor com mais clareza e minúcia téc-

nicas arquivísticas para organizar registros textuais, iconográficos (fotos, gravuras, etc.), audio-visuais e orais.

Estas técnicas não são neutras; elas variam de acordo com o projeto político, com as condições materiais, com o valor dado a memória em cada movimento popular.

Para os movimentos que acreditam no uso da memória pra a libertação dos oprimidos, deve-se discutir técnicas que deem uma utilização não só administrativa, mas também histórica, de pesquisa ao arquivo. Desta maneira, os documentos arquivísticos e bibliográficos precisam ser ordenados por temas, além de terem ordem cronológica, alfabética, numérica ou por fundo. Também, é necessário guardar não só aquilo que registra as ações efetivadas com sucesso, mas, ao lado disso, os planos não concretizados, as frustrações, os problemas e as crises.

Estas técnicas estão começando a ser estudadas e utilizadas pela Comissão de Documentação do CDP, pela ADUFU e ASUFUB. O Setor de Documentação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação no Rio de Janeiro (CEDI/Rio) e o Centro Pastoral Vergueiro em São Paulo (CPV) são algumas das instituições que já têm trabalhos desenvolvidos nesta área.¹

A opinião dos dirigentes ou coordenadores das organizações populares sobre o valor da memória popular para o presente precisaria ser comparada com as idéias de outros membros do segmento que a organização representa - pessoas que não ocupam cargos de liderança. Seria interessante verificar se e como elas conhecem o passado do movimento, e de quê serve este conhecimento para elas.

Além disso, o estudo da memória popular poderia ser efetuado não só em entidades organizadas que visam mais reivindicações sócio-econômicas, como foi feito aqui.

1. V. Centro Pastoral Vergueiro, Nosso Trabalho em Documentação 1, 1985; SEDIPO, Método Unitermo: 1ª Cartilha sobre Documentação, agosto de 1984; SEDIPO, Unitermo na Prática da Gente, fevereiro de 1985.

A memória não está presente só em arquivos e livros, só em movimentos organizados, mas também em atividades culturais como o Congado, em hábitos do dia-a-dia não registrados textualmente. Assim, o seu levantamento deveria alcançar as várias manifestações populares ocorridas no cotidiano.

Porém, isto gera sérias dificuldades metodológicas à pesquisa que talvez poderiam ser resolvidas com o auxílio da Antropologia.

Também poderia-se investigar qual memória os meios de comunicação de massa locais - importantes veículos de divulgação de informações e, portanto, de memória - privilegiam (a das ações das classes dominantes ou das classes dominadas), o porquê disto acontecer e como isto influencia na construção da identidade social, interfirindo na memória popular.

Enfim, existem vários campos onde a pesquisa relativa a sobrevivência da memória popular pode ser desenvolvida.

A preeminência deste estudo já foi bastante ressaltada. O caminho está aberto para ser percorrido, refeito e explorado!

FONTES E
BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

- 1.1. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Uberlândia

ORGÃO INFORMATIVO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE UBERLÂNDIA, Liderança, Uberlândia, jun. 1989.

_____, Liderança, Uberlândia, out. 1989.

- 1.2. Oposição dos Bancários

OPOSIÇÃO BANCÁRIA, Informativo Uberlândia e Base Territorial, Uberlândia, 17.11.1989.

- 1.3. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Uberlândia

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE UBERLÂNDIA, O Tesourinha, Uberlândia, s/nº , 1988.

- 1.4. Associação dos Moradores do Bairro Santa Rosa II e Conjunto Liberdade

LUCENA, Maria Aparecida, A Classe Trabalhadora, s/d, mimeografado.

- 1.5. Fórum de Entidades Populares (FEP)

PROPOSTA Popular de Emenda ao Projeto de Lei Orgânica do Município de Uberlândia, Emenda sobre Cultura, Lazer e Esporte, 1989, mimeografado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, O Município, 06.01.1990

- 1.6. Centro de Documentação, Assessoria e Formação Popular (CDP)

CDP, Estatuto do CDP (projeto), 1989, mimeografado.

_____, Jornal CDP, nº 00 de mar. 1989, 01 de jul. de 1989, 02 de out.

de 1989, 03 de mar. de 1990, 05 de jun. de 1990, Uberlândia.
CORRESPONDÊNCIAS recebidas e expedidas pelo CDP de 1985 a 1990.
SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADO -
RES, A Importância da Metodologia no Trabalho de Formação, 1988,
mimeografado.
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES DE MINAS GERAIS, Programa Integra
do de Formação Sindical, 1989, mimeografado.

1.7. Arquivo Público Municipal de Uberlândia

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, Secretaria Municipal de Cultu
ra, Divisão de Patrimônio Histórico. Foldier "Arquivo Público
Municipal, 12.08.1988.

2. BIBLIOGRAFIA

2.1. Obras Metodológicas

CARDOSO, Ciro Flamarion S.- Os Passos da Pesquisa Histórica. in: Uma
Introdução à História. Col. Primeiros Vãos, Ed. Brasiliense, 1984.
ECO, Umberto - Como se faz uma tese?, Ed. Perspectiva, SP, 1983.
GINSBURG, Carlo - Morelli, Freud e Sherlock Holmes: Pistas e o Método
Científico. History Workshop Journal, nº 9, 1980.
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - Proposição de um Projeto de Pesqui
sa. in: Variações sobre a técnica de gravador no registro da infor
mação viva. Centro de Estudos Rurais e Urbanos, Universidade de São
Paulo, 1983.
SEVERINO, Antônio Joaquim - Metodologia do Trabalho Científico. Cortez
Editora, 1986.
THOMPSON, E.P. - Intervalo: a Lógica Histórica. in: A Miséria da Teoria
ou Um Planetário de Erros. Ed. Zahar, RJ, 1981

2.2. Obras Relacionadas à Temática

ALMEIDA, Antônio - Movimentos Sociais Populares: Progressistas ou Con-

- servadores? in: História & Perspectivas, V.1, N. 1, jul./Dez.1988 , Ed. da Universidade Federal de Uberlândia.
- ALVES, Luis Roberto - Apresentação dos Textos. in: Instituto Metodista de Ensino Superior, Núcleo de Estudos da Memória Popular do ABC. O Grande ABC: Memória em Movimento, Cadernos de Pós-Graduação, s/d.
- ARANTES, Antônio Augusto (org.) - Produzindo o Passado:estratégias de construção do patrimônio cultural. Ed. Brasiliense, SP, 1984.
- BALCÃO, Nilde - Memória e Acompanhamento do Movimento Operário. in: Revista Tempo e Presença, CEDI, agosto de 1987.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli - Arquivos, Bibliotecas e Museus: Fronteiras Definidas. in: Arquivo Rio Claro. Rio Claro (SP), 1(1), jan . 1982.
- BENJAMIN, Walter - Sobre o Conceito da História. in: Obras Escolhidas Vol. I: Magia e Técnica, Arte e Política. Ed. Brasiliense, 2º ed. , SP., 1986.
- CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) - Documentação : uma Prática Alternativa. in: Revista Tempo e Presença, nº 192, junho/julho 1984.
- CELADEC (Comissão Evangélica Latino-americana de Educação Cristã) - Como se organiza um Centro Popular de Documentação e Comunicação. São Paulo, Ed. Paulina, 1985.
- CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL - Os Trabalhadores pedem passagem para a Memória Nacional. São Paulo, s/d.
- CERTEAU, Michel - A Operação Histórica. in: LE GOFF, Jacques e NORA , Pierre (org.) - História: Novos Problemas. Ed. Francisco Alves, RJ, 1979.
- CHAUÍ, Marilena - Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas. Cortez Editora, 4ª ed., SP, 1989.
- FESTA, Regina - Não caia nessa. in: Instituto Metodista de Ensino Superior , Núcleo de Estudos da Memória Popular do ABC - A Memória da Prática Cultural, Cadernos de Pós-Graduação, s/d.
- FONTANA, Joseph - Repensar La Historia para replantear el futuro. in : Historia: Analysis del pasado y proyeto social. Ed. Critica, Barcelona, 1982.
- FORTES, Alexandre - Memória não é para ser esquecida. in: DISCUT, 1989.

- FOUCAULT, Michel - Microfísica do Poder. Ed. Graal, 5ª ed., RJ, 1985.
- FREIRE, Paulo e FAUNDEZ, Antônio - Por Uma Pedagogia da Pergunta, Ed. Paz e Terra, RJ, 1985.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie - Water Benjamin: Os Cacos da História, Ed. Brasiliense, SP (Coleção Encontro Radical)
- GUATTARI, Felix - Somos todos grupelhos. in: Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. Ed. Brasiliense, 3ª ed., 1987.
- HAUPT, George - Por que a História do Movimento Operário? Revista Brasileira de História, Ed. Marco Zero/ANPUH, SP, vol. 5, nº 10, março/agosto de 1985.
- HENFIL, Henfil na China antes da Coca-Cola, Ed. Record, 18ª ed., RJ, 1987.
- INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - Núcleo de Estudos da Memória Popular do ABC: a comunidade universitária educa-se no encontro com os projetos populares. in: O Grande ABC: Memória em Movimento. Cadernos de Pós-Graduação.
- LE GOFF, Jacques e outros - Memória-História. Enciclopédia Einaudi, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- MARSON, Adalberto - Reflexões sobre o Procedimento Histórico. in: SILVA, Marcos A. da (org.) - Repensando a História. Ed. Marco Zero, RJ.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm - Da utilidade e desvantagem da História para a vida. in: Obras Incompletas/Friedrich Nietzsche. Nova Cultura, SP., 1987 (Os Pensadores)
- ORWELL, George - 1984. Companhia Editora Nacional, SP., 1972.
- PAZ, Octávio - O Ogro Filantrópico (História e Política: 1971-1978). Ed. Guanabara, 1987.
- SANTOS, Regma Maria dos - Manifestações Culturais Populares e Ação do Poder Público em Uberlândia. Uberlândia, 1987, mimeografado.
- SOUZA, Osmar Medeiros - Memória e Identidade: reflexo de um espelho que brado. in: Revista Tempo e Presença, CEDI, nº 232, julho de 1988.
- VEIGA, Gerson Soares - A Importância da Memória. in: Instituto Metodista de Ensino Superior, Núcleo de Estudos da Memória Popular do ABC. O Grande ABC - Memória em Movimento (Cadernos de Pós-Graduação)
- VIEIRA, Mª do Pilar de Araújo e outras - O Documento - atos e testemunhos da história. in: A Pesquisa em História. Ed. Ática, 1989
- TROTSKY, Leon - Minha Vida. Paz e Terra, RJ., 1978.

WRITE, Jerry - Mas Allá de La Autobiografia. in: SAMUEL, Rafhael. Historia popular y teoria socialista. Barcelona, Grijaldo, 1984.